



Prefeitura Municipal de Salvador do Sul
Secretaria Municipal de Educação
Estado do Rio Grande do Sul

DOCUMENTO DIAGNÓSTICO
SALVADOR DO SUL – RS

Salvador do Sul, 2026.



Prefeitura Municipal de Salvador do Sul
Secretaria Municipal de Educação
Estado do Rio Grande do Sul

APRESENTAÇÃO

O Diagnóstico da Educação Municipal constitui uma etapa fundamental para a construção do Plano Municipal de Educação (PME) de Salvador do Sul para o período de 2026 a 2036. Seu objetivo é apresentar um retrato da realidade educacional do município, considerando os avanços alcançados, os desafios existentes e as necessidades que demandam atenção e planejamento para os próximos dez anos.

A elaboração deste diagnóstico parte da análise de dados educacionais, indicadores oficiais, informações municipais e contribuições dos diferentes segmentos envolvidos com a educação. Busca-se, por meio dessas informações, compreender a situação do município em diferentes etapas, modalidades e dimensões da educação, considerando aspectos relacionados ao acesso, permanência, aprendizagem, equidade, valorização e condições de trabalho dos profissionais da educação, gestão democrática, financiamento, infraestrutura e participação social.

O diagnóstico está organizado a partir dos problemas identificados em cada eixo de análise, contemplando a descrição da realidade municipal e a identificação dos fatores que contribuem para a permanência de cada situação. Essa abordagem permite compreender não apenas os resultados apresentados pelos indicadores, mas também os contextos e as condições que influenciam a educação municipal.

A construção deste documento representa, portanto, um importante instrumento de planejamento e tomada de decisão, possibilitando que as futuras metas e estratégias do PME estejam fundamentadas em evidências e nas necessidades concretas da população de Salvador do Sul. Ao reconhecer os avanços e identificar os desafios que ainda precisam ser enfrentados, o município fortalece o compromisso com uma educação pública de qualidade, inclusiva, equitativa e capaz de promover o desenvolvimento integral dos estudantes.



Prefeitura Municipal de Salvador do Sul

Secretaria Municipal de Educação

Estado do Rio Grande do Sul

Mais do que reunir dados, o diagnóstico busca subsidiar uma construção coletiva e democrática do Plano Municipal de Educação 2026–2036, estabelecendo as bases para a definição de prioridades e para o planejamento das políticas educacionais que orientarão o município na próxima década.



Prefeitura Municipal de Salvador do Sul
Secretaria Municipal de Educação
Estado do Rio Grande do Sul

INTRODUÇÃO

A construção de um Plano Municipal de Educação para os próximos dez anos exige, antes de tudo, conhecer a realidade educacional do município, reconhecer os avanços alcançados e compreender os desafios que ainda precisam ser enfrentados. Nesse sentido, o diagnóstico constitui uma etapa essencial do planejamento, pois permite identificar as condições atuais da educação de Salvador do Sul e estabelecer uma base concreta para a definição das prioridades que orientarão as políticas educacionais no período de 2026 a 2036.

O presente diagnóstico foi elaborado como parte do processo de construção do Plano Municipal de Educação de Salvador do Sul, considerando as diferentes dimensões que compõem a educação municipal e buscando estabelecer uma relação entre os dados educacionais e a realidade vivenciada pelas instituições de ensino, pelos profissionais da educação, pelas famílias, pelos estudantes e pela comunidade.

Para sua elaboração, foram considerados dados e informações provenientes de fontes oficiais, indicadores educacionais, documentos e registros municipais, bem como elementos resultantes da participação e da discussão coletiva promovida ao longo do processo de construção do Plano. A análise dessas informações possibilitou identificar os principais problemas e desafios educacionais, compreender sua dimensão no contexto municipal e reconhecer aspectos que necessitam de continuidade, aprimoramento ou novas ações.



Prefeitura Municipal de Salvador do Sul
Secretaria Municipal de Educação
Estado do Rio Grande do Sul

A metodologia adotada parte da identificação dos problemas, seguida da análise descritiva da realidade e da investigação de suas principais causas. Essa organização permite ultrapassar uma leitura baseada nos resultados dos indicadores e no questionário respondido pela comunidade salvadorense, buscando compreender os fatores que contribuem para a existência e a permanência de determinadas situações. A partir dessa compreensão, tornam-se mais consistentes a definição das prioridades e a elaboração das futuras metas e estratégias do PME.

O diagnóstico também representa uma oportunidade de reconhecer os avanços construídos por Salvador do Sul ao longo dos anos. A análise da realidade educacional não se limita à identificação de fragilidades, mas busca evidenciar conquistas, potencialidades e experiências que podem ser fortalecidas e ampliadas no próximo decênio.

Considera-se, ainda, que os desafios educacionais não se restringem ao âmbito da escola, estando relacionados a diferentes dimensões da vida social. Dessa forma, o diagnóstico reconhece a importância da articulação entre a política educacional e outras políticas públicas, especialmente nas áreas de saúde, assistência social, cultura, esporte, lazer, proteção e garantia dos direitos de crianças e adolescentes, sempre que essas dimensões apresentarem relação com as condições de acesso, permanência, aprendizagem e desenvolvimento dos estudantes.

Dessa forma, este documento constitui uma importante ferramenta de planejamento e de tomada de decisões, oferecendo subsídios para que o Plano Municipal de Educação 2026–2036 seja construído a partir das necessidades reais do município e de uma visão de futuro para sua educação. Mais do que apresentar dados, o diagnóstico busca contribuir para uma construção coletiva, responsável e comprometida com a garantia do direito à educação, com a equidade, com a qualidade do ensino e com o desenvolvimento integral de todos os estudantes de Salvador do Sul.



Prefeitura Municipal de Salvador do Sul
Secretaria Municipal de Educação
Estado do Rio Grande do Sul

1) ACESSO À EDUCAÇÃO INFANTIL

PROBLEMA: O atendimento à demanda manifesta por creche e a universalização da pré-escola não se encontram assegurados.

ANÁLISE DESCRITIVA

A Educação Infantil corresponde à primeira etapa da Educação Básica e constitui um direito das crianças e um dever do Estado e da família, sendo assegurada por meio do atendimento em creches e pré-escolas. No âmbito municipal, cabe ao poder público organizar, ofertar e acompanhar o atendimento em creches e pré-escolas, assegurando às crianças condições adequadas de acesso, permanência, cuidado, aprendizagem e desenvolvimento integral, em consonância com as diretrizes e normas educacionais vigentes.

Em Salvador do Sul, a Educação Infantil é ofertada pela rede municipal de ensino, contemplando crianças de 0 a 5 anos de idade. A análise dos indicadores dessa etapa permite compreender a realidade do atendimento no município, considerando aspectos como número de matrículas, faixa etária, cobertura e



Prefeitura Municipal de Salvador do Sul
Secretaria Municipal de Educação
Estado do Rio Grande do Sul

organização da oferta, além de possibilitar o acompanhamento da evolução desses dados ao longo da vigência do Plano Municipal de Educação.

Atualmente, a rede municipal atende 355 crianças na Educação Infantil, sendo 196 matriculadas na creche, correspondente à faixa etária de 0 a 3 anos, e 159 na pré-escola, destinada às crianças de 4 e 5 anos. Entre as matrículas da pré-escola, 94 crianças são atendidas em turno parcial e 65 em tempo integral. Na creche, todas as 196 crianças são atendidas em tempo integral, evidenciando uma organização da oferta que busca contemplar, de forma articulada, as necessidades de cuidado, educação e desenvolvimento integral na primeira infância.

Esse cenário demonstra a abrangência atual da Educação Infantil no município e constitui importante referência para o planejamento das políticas educacionais dos próximos dez anos. A partir desses dados, torna-se possível identificar avanços, necessidades e desafios relacionados à ampliação, à organização e à qualificação do atendimento, subsidiando a definição de metas e estratégias do Plano Municipal de Educação 2026–2036.

ANÁLISE CAUSAL

A organização da oferta da Educação Infantil em Salvador do Sul demonstra o compromisso do município com a garantia do direito à educação na primeira infância, especialmente por meio da disponibilização de vagas em turno e contraturno para todas as crianças matriculadas em creche. Essa característica evidencia uma política voltada ao atendimento das necessidades das famílias, sobretudo daquelas em que os responsáveis exercem atividades laborais em período integral, além de favorecer o desenvolvimento integral das crianças por meio de uma rotina ampliada de cuidados e experiências educativas.

Na pré-escola, a coexistência de matrículas em turno e contraturno reflete a flexibilidade da rede municipal para atender às diferentes demandas da comunidade.



Prefeitura Municipal de Salvador do Sul
Secretaria Municipal de Educação
Estado do Rio Grande do Sul

Ao mesmo tempo, essa organização permite otimizar a utilização dos espaços físicos e dos recursos humanos disponíveis, conciliando o atendimento às famílias com a capacidade instalada das unidades escolares.

Embora o município apresente uma rede estruturada para a Educação Infantil, a manutenção da qualidade da oferta exige acompanhamento permanente da demanda por vagas, das projeções demográficas e das transformações sociais e econômicas locais. O monitoramento contínuo desses indicadores é fundamental para subsidiar o planejamento da expansão da oferta, quando necessária, garantindo que o atendimento ocorra de forma equitativa, com infraestrutura adequada, profissionais qualificados e condições que assegurem o desenvolvimento integral das crianças.

A partir da pesquisa realizada com a comunidade de Salvador do Sul, identificou-se que, entre os respondentes, 5 (cinco) crianças estão fora da creche, evidenciando a existência de demanda por atendimento na Educação Infantil no município.

CAUSAS CRÍTICAS

- Recursos insuficientes para ampliação, construção, adequação e manutenção de espaços destinados à Educação Infantil;
- Capacidade física limitada de algumas unidades educacionais diante da necessidade de ampliação do atendimento;
- Carência de professores e demais profissionais da educação infantil em determinadas áreas e modalidades;
- Parte do público-alvo da pré-escola está alocada em turmas multisseriadas, especialmente na área rural;
- Ampliar matrículas na etapa creche;
- Universalizar a etapa pré-escola;



Prefeitura Municipal de Salvador do Sul
Secretaria Municipal de Educação
Estado do Rio Grande do Sul

2) QUALIDADE DA EDUCAÇÃO INFANTIL

PROBLEMA: Baixa qualidade da oferta de educação infantil.

ANÁLISE DESCRITIVA

A qualidade da Educação Infantil é resultado da articulação entre diferentes fatores estruturais e pedagógicos, não estando relacionada apenas à ampliação da oferta de vagas. Aspectos como a formação inicial e continuada dos profissionais, a valorização da carreira docente, a organização dos espaços educativos, a disponibilidade de materiais pedagógicos, a proporção adequada entre profissionais e crianças e a intencionalidade das práticas pedagógicas exercem influência direta sobre o desenvolvimento integral das crianças.

Em Salvador do Sul, observa-se o investimento permanente na formação continuada dos profissionais da Educação Infantil e na qualificação das práticas pedagógicas, em consonância com a Base Nacional Comum Curricular (BNCC). Esses investimentos constituem importantes potencialidades da rede municipal e devem ser mantidos e ampliados durante a vigência do Plano Municipal de Educação.

Ao mesmo tempo, a garantia da qualidade requer acompanhamento permanente das condições de funcionamento das instituições, considerando aspectos relacionados à infraestrutura, à adequação e manutenção dos ambientes, à disponibilidade e renovação dos materiais pedagógicos, aos equipamentos, à organização das turmas e à composição do quadro de profissionais. A qualidade da oferta depende, portanto, da articulação entre os investimentos realizados e as necessidades concretas identificadas nas diferentes unidades escolares.



Prefeitura Municipal de Salvador do Sul
Secretaria Municipal de Educação
Estado do Rio Grande do Sul

Nesse sentido, destaca-se também a necessidade de qualificar a atuação dos profissionais que ingressam como monitores na Educação Infantil. Em muitos casos, esses profissionais chegam às instituições sem uma preparação específica para o trabalho com crianças pequenas, o que pode dificultar a compreensão das particularidades dessa etapa, das necessidades de desenvolvimento infantil e das práticas adequadas de cuidado, acolhimento e interação. Dessa forma, mostra-se pertinente a oferta de uma formação inicial ou capacitação mínima para os monitores antes ou no início de sua atuação, contemplando conhecimentos básicos sobre desenvolvimento infantil, rotina, segurança, higiene, alimentação, relações interpessoais, inclusão e formas adequadas de interação e mediação com as crianças. A formação continuada desses profissionais também deve ser considerada como estratégia para fortalecer a qualidade do atendimento e garantir maior alinhamento entre todos os profissionais que atuam no cotidiano das instituições.

Outro aspecto relevante refere-se à necessidade de fortalecer práticas pedagógicas intencionais, centradas nas interações, nas brincadeiras e nas múltiplas experiências de aprendizagem, assegurando que o cuidar e o educar permaneçam indissociáveis. A participação das famílias, o acompanhamento do desenvolvimento das crianças e a atuação integrada entre educação, saúde assistência social e demais políticas de proteção à infância também constituem fatores determinantes para a consolidação de uma Educação Infantil de qualidade.

A participação das famílias na realidade educacional do município ocorre por meio de reuniões, atendimentos individuais, eventos, projetos, conselhos escolares e canais de comunicação, especialmente grupos de mensagens e outros recursos digitais. Essas estratégias favorecem o acompanhamento da rotina e da aprendizagem dos estudantes e aproximam família e escola.

Apesar disso, a adesão ainda é desigual entre as famílias, sendo influenciada por fatores como horários de trabalho, disponibilidade e diferentes níveis de envolvimento com a vida escolar. Nesse sentido, destaca-se a importância de ampliar



Prefeitura Municipal de Salvador do Sul
Secretaria Municipal de Educação
Estado do Rio Grande do Sul

os espaços de escuta e diálogo, diversificar os canais de comunicação e fortalecer ações que estimulem a participação das famílias não apenas em momentos pontuais, mas também no acompanhamento da aprendizagem e na construção coletiva da educação municipal.

Nesse contexto, a melhoria contínua da qualidade da Educação Infantil depende do monitoramento sistemático dos indicadores educacionais e da avaliação permanente das condições de oferta, considerando não apenas a infraestrutura, mas também aspectos como o número de crianças por turma, a relação entre adultos e crianças, a formação dos profissionais, a presença de professores em todas as salas e turnos, o planejamento e a documentação pedagógica, a disponibilidade de materiais e espaços externos, as condições de inclusão, a participação das famílias e a garantia de interações e brincadeiras. O fortalecimento das políticas públicas voltadas à primeira infância permitirá que o município mantenha e aperfeiçoe as ações já desenvolvidas ao longo da vigência do Plano Municipal de Educação.

ANÁLISE CAUSAL

O primeiro grupo de causas da baixa qualidade da oferta de educação infantil está associado à estrutura escolar. A estrutura escolar de grande parte das creches e pré-escolas públicas é insuficiente ou inadequada, o que prejudica a concretização dos direitos de aprendizagem das crianças. A falta de estrutura escolar se manifesta de diversas formas. Uma delas é a precariedade da infraestrutura das unidades escolares que ofertam educação infantil em creches e pré-escolas. Outra é a carência de recursos pedagógicos na maioria das escolas, essenciais para o trabalho com crianças nessa etapa. Ambas as causas têm impacto considerável sobre o desenvolvimento e a aprendizagem das crianças (Koslinski; Bartholo, 2020).

Carência de profissionais de apoio aos professores regentes nessa etapa de ensino – auxiliares ou assistentes –, algo necessário para quem atua em turmas com



Prefeitura Municipal de Salvador do Sul
Secretaria Municipal de Educação
Estado do Rio Grande do Sul

crianças em idade de creche ou pré-escola, pode afetar negativamente a qualidade da oferta. As principais causas que explicam a falta de estrutura escolar em suas diversas formas são as dificuldades de financiamento de grande parte dos municípios brasileiros (Bassi, 2011).

O segundo grande grupo de causas está associado ao número significativo de turmas em que se observa a baixa qualidade processual da educação infantil. Destaca-se, inicialmente, que a divergência sobre os objetivos dessa educação torna pouco claro o que se espera das crianças, em termos de desenvolvimento e aprendizagem. Sem clareza de objetivos, observa-se ambiguidade entre o cuidar e o educar na creche e dúvidas em relação à aprendizagem esperada na pré-escola, que podem levar a uma desconexão forte entre essa etapa final da educação infantil e os anos iniciais do ensino fundamental (Instituto Natura; Universidade Diego Portales, 2020).

CAUSAS CRÍTICAS

- Infraestrutura física insuficiente e inadequada na maioria das creches e pré-escolas;
- Dificuldades de financiamento de grande parte dos municípios brasileiros;
- Formação continuada de professores, monitores e assistentes educacionais;
- Atuação de professor regente nos dois turnos de atendimento;
- Acompanhamento pedagógico sistemático às unidades escolares;
- Investimento na qualificação dos ambientes educativos e materiais pedagógicos adequados à faixa etária;
- Necessidade de ampliar a participação das famílias no acompanhamento da vida escolar das crianças.



Prefeitura Municipal de Salvador do Sul
Secretaria Municipal de Educação
Estado do Rio Grande do Sul

3) ALFABETIZAÇÃO

PROBLEMA: Crianças do 2º ano do ensino fundamental não estão alfabetizadas, comprometendo o desenvolvimento dos estudantes nos anos subsequentes de escolarização e a trajetória regular, havendo persistentes desigualdades entre as populações de baixo nível socioeconômico e as em situação de vulnerabilidade social, como populações negras, indígenas, quilombolas, pessoas surdas, com deficiência, povos do campo, das águas e das florestas.

ANÁLISE DESCRITIVA

A alfabetização constitui uma etapa fundamental da trajetória escolar, especialmente nos primeiros anos do Ensino Fundamental, período em que as crianças desenvolvem conhecimentos e habilidades essenciais de leitura e escrita. A consolidação dessas aprendizagens é indispensável para que os estudantes possam ampliar sua autonomia, acessar diferentes áreas do conhecimento e avançar com maior segurança nas etapas seguintes da Educação Básica.

O processo de alfabetização vai além do domínio do código escrito, envolvendo a capacidade de compreender, interpretar e utilizar a leitura e a escrita em diferentes situações. Quando essas aprendizagens não são consolidadas no período esperado, podem surgir dificuldades que repercutem ao longo da trajetória escolar, comprometendo o desempenho acadêmico e ampliando o risco de defasagem e insucesso escolar. Por essa razão, o acompanhamento da alfabetização nos primeiros anos constitui uma prioridade para o planejamento educacional municipal.

Nesse cenário, a alfabetização assume caráter estratégico nas políticas educacionais, exigindo acompanhamento sistemático da aprendizagem, formação



Prefeitura Municipal de Salvador do Sul
Secretaria Municipal de Educação
Estado do Rio Grande do Sul

continuada dos profissionais, utilização de práticas pedagógicas adequadas e identificação precoce das dificuldades apresentadas pelos estudantes. A pandemia de Covid-19 também trouxe impactos significativos para esse processo, especialmente entre as crianças que estavam nos primeiros anos de escolarização, reforçando a necessidade de ações voltadas à recomposição e à consolidação das aprendizagens.

Para Salvador do Sul, a análise dos indicadores de alfabetização permite acompanhar os resultados alcançados pelos estudantes, identificar avanços e desafios e avaliar a efetividade das ações desenvolvidas pela rede municipal. Nos resultados do SAEB/SAERS, observa-se uma queda nos indicadores, que deve ser analisada considerando o contexto do período pós-pandemia, especialmente o retorno das reprovações, que anteriormente não estavam autorizadas em razão das medidas adotadas durante a pandemia. Esse fator repercutiu na composição dos resultados e deve ser considerado na interpretação dos dados. Esses elementos são fundamentais para orientar o planejamento das políticas educacionais do município e subsidiar a definição de metas e estratégias para garantir que todas as crianças tenham assegurado o direito de aprender a ler e escrever na idade adequada.

ANÁLISE CAUSAL

A consolidação da alfabetização na idade certa depende de um conjunto de fatores pedagógicos, estruturais e sociais. Em Salvador do Sul, o acompanhamento sistemático das aprendizagens, a formação continuada dos professores alfabetizadores, a utilização de avaliações diagnósticas e a implementação de intervenções pedagógicas contribuem para identificar precocemente as dificuldades de aprendizagem e planejar ações voltadas às necessidades dos estudantes.

A participação do município em programas voltados à alfabetização, aliada ao fortalecimento do trabalho colaborativo entre a Secretaria Municipal de Educação e



Prefeitura Municipal de Salvador do Sul
Secretaria Municipal de Educação
Estado do Rio Grande do Sul

as unidades escolares, favorece o acompanhamento dos indicadores educacionais e o aprimoramento das práticas pedagógicas. Além disso, o envolvimento das famílias no processo educativo constitui um fator importante para o desenvolvimento da leitura e da escrita.

Entretanto, o processo de alfabetização exige monitoramento contínuo, considerando que cada estudante apresenta ritmos, experiências e necessidades próprias de aprendizagem. É fundamental respeitar o tempo e as particularidades de cada criança, sem desconsiderar que a alfabetização necessita ser progressivamente consolidada ao longo dos anos iniciais do Ensino Fundamental. A permanência de dificuldades significativas de leitura e escrita ao final do 2º ano pode comprometer o desenvolvimento das aprendizagens nos anos subsequentes, uma vez que a leitura e a escrita constituem instrumentos fundamentais para o acesso aos diferentes componentes curriculares.

Nesse sentido, embora seja necessário reconhecer que cada criança aprende de maneira e em ritmos diferentes, torna-se igualmente importante garantir intervenções pedagógicas oportunas e adequadas, evitando que dificuldades iniciais se acumulem ao longo da trajetória escolar. A identificação precoce das necessidades de aprendizagem, o acompanhamento individualizado, as avaliações diagnósticas e formativas, as ações de recomposição das aprendizagens e a articulação entre escola e família são fundamentais para que os estudantes avancem progressivamente na consolidação da alfabetização.

Os dados obtidos por meio da pesquisa realizada com a comunidade salvadorense também contribuem para a compreensão desse cenário. Entre os respondentes, observa-se que a maioria das famílias relata acompanhar os estudos dos filhos. Quanto à percepção sobre a aprendizagem, 92% consideram que seus filhos estão aprendendo o esperado para a faixa etária, enquanto 8% avaliam que isso ocorre parcialmente. Em relação à alfabetização, 71% dos responsáveis consideram que seus filhos já estão alfabetizados. A pesquisa também evidencia as



Prefeitura Municipal de Salvador do Sul
Secretaria Municipal de Educação
Estado do Rio Grande do Sul

turmas multisseriadas em duas escolas estaduais e uma escola municipal, aspecto que deve ser considerado no planejamento das políticas e estratégias de alfabetização. Quanto à realidade socioeconômica das famílias respondentes, 29% declararam renda entre 2 e 3 salários mínimos, 25% entre 4 e 5 salários, 21% entre 1 e 2 salários, 15% acima de 6 salários e 10% de até 1 salário mínimo, demonstrando diferentes contextos que também devem ser considerados no acompanhamento das aprendizagens e na formulação das ações educacionais.

Torna-se fundamental assegurar a continuidade das formações docentes, das ações de recomposição das aprendizagens, do acompanhamento pedagógico às escolas e do uso das evidências produzidas pelas avaliações internas e externas para subsidiar o planejamento das ações educacionais. O monitoramento sistemático dos resultados permite não apenas identificar os estudantes que necessitam de maior apoio, mas também avaliar a efetividade das estratégias adotadas e promover os ajustes necessários ao longo do processo de alfabetização.

CAUSAS CRÍTICAS

- Baixa qualidade das interações e práticas pedagógicas entre professores, estudantes, demais profissionais da escola e da comunidade escolar em especial dos pais e responsáveis;
- Manutenção de professores de reforço;
- Rotatividade/mudança de famílias, respeitando o zoneamento;
- Buscar formações voltadas à alfabetização;
- Realizar avaliações externas que auxiliam o diagnóstico dos alunos;
- Incentivar projetos de leitura – família/escola;
- Manter uma boa qualidade do acervo literário;



Prefeitura Municipal de Salvador do Sul
Secretaria Municipal de Educação
Estado do Rio Grande do Sul

- Fortalecimento da conscientização e do envolvimento das famílias no acompanhamento e na participação ativa do processo educativo;
- Consolidar o planejamento coletivo e o trabalho colaborativo entre os professores;
- Ampliação das ações de recuperação e recomposição das aprendizagens;
- Possíveis impactos das desigualdades socioeconômicas e das diferentes condições de acesso aos bens culturais e às experiências de leitura e escrita.

4) ACESSO, TRAJETÓRIA E CONCLUSÃO NO ENSINO FUNDAMENTAL E NO ENSINO MÉDIO

PROBLEMA: Grande número de crianças, adolescentes e jovens em idade escolar obrigatória possuem trajetórias escolares irregulares e não concluem os ensinos fundamental e médio na idade adequada, número que se torna maior entre as populações em situação de vulnerabilidade social, como populações negras, indígenas, quilombolas, pessoas surdas, pessoas com deficiência e povos do campo, das águas e das florestas.

ANÁLISE DESCRITIVA

A garantia do acesso à escola para as crianças e adolescentes em idade escolar obrigatória constitui um importante avanço da educação brasileira. Entretanto, estar matriculado não significa, necessariamente, que o estudante percorrerá uma trajetória escolar regular e concluirá as etapas da Educação Básica na idade



Prefeitura Municipal de Salvador do Sul
Secretaria Municipal de Educação
Estado do Rio Grande do Sul

adequada. Parte dos estudantes ainda vivencia situações de reprovação, distorção idade-série, abandono ou interrupção dos estudos, comprometendo a continuidade de sua formação.

Sendo assim, é importante distinguir os conceitos de acesso, trajetória escolar e conclusão. O acesso refere-se à entrada do estudante no sistema educacional, materializada, principalmente, pela matrícula em uma instituição de ensino. A trajetória escolar diz respeito ao percurso realizado ao longo dos anos de escolarização, considerando situações como progressão, reprovação, abandono, retorno aos estudos e distorção idade-série. Já a conclusão corresponde ao término de uma etapa da Educação Básica, acompanhado da consolidação das aprendizagens previstas para aquele período.

Embora sejam conceitos distintos, acesso, trajetória e conclusão estão diretamente relacionados. A garantia de uma educação de qualidade não se limita à oferta de vagas e à matrícula dos estudantes, sendo necessário assegurar condições para que permaneçam na escola, avancem de forma regular, aprendam e concluam cada etapa da Educação Básica na idade adequada.

Nesse sentido, o principal desafio não está apenas em garantir o ingresso no sistema de ensino, mas em assegurar a permanência e a progressão dos estudantes ao longo de sua trajetória escolar. A reprovação recorrente, o abandono e a interrupção dos estudos podem gerar defasagens que dificultam a continuidade da escolarização e aumentam o risco de não conclusão da Educação Básica. Esse desafio se torna especialmente relevante na transição entre o Ensino Fundamental e o Ensino Médio, período em que podem se intensificar situações de distorção idade-série, abandono e afastamento do sistema educacional.

Para a análise das trajetórias escolares, pode-se considerar a classificação proposta por Fonseca et al. (2023), que organiza os percursos dos estudantes em quatro categorias. A trajetória regular corresponde aos estudantes que ingressam no Ensino Fundamental na idade adequada e conseguem concluir o Ensino Médio



Prefeitura Municipal de Salvador do Sul
Secretaria Municipal de Educação
Estado do Rio Grande do Sul

também na idade esperada. A trajetória com pouca irregularidade contempla aqueles que apresentam uma ou duas intercorrências ao longo da escolarização, como entrada tardia, reprovação ou abandono. A trajetória com muita irregularidade reúne estudantes que apresentam três ou mais intercorrências durante seu percurso escolar. Por fim, a trajetória interrompida corresponde aos estudantes que, após terem ingressado no sistema de ensino, deixam de frequentá-lo e não retornam, representando a situação de maior vulnerabilidade em relação à continuidade dos estudos.

A análise dessas trajetórias permite compreender que a qualidade da educação também está relacionada à capacidade do sistema de garantir percursos escolares contínuos, regulares e acompanhados de aprendizagem. Para Salvador do Sul, o acompanhamento dos indicadores de fluxo, permanência, distorção idade-série, abandono e conclusão é fundamental para identificar possíveis situações de irregularidade e orientar ações que favoreçam a permanência dos estudantes, a aprendizagem e a conclusão da Educação Básica na idade adequada.

ANÁLISE CAUSAL

Em contraste com o cenário nacional, onde a inadequação da oferta, a precariedade da infraestrutura e a formação docente insuficiente são causas críticas para as lacunas no ensino, Salvador do Sul demonstra que a superação desses desafios é possível por meio de uma gestão educacional estruturada e de investimentos contínuos. Salvador do Sul possui um Sistema Municipal de Educação consolidado que garante condições de oferta, com espaços escolares adequados em sua maioria e recursos pedagógicos de qualidade.

Outro fator causal determinante para o sucesso local é o enfrentamento da inadequação da formação docente e da descontextualização curricular. Ao contrário do panorama nacional de professores com formação inicial inadequada aos



Prefeitura Municipal de Salvador do Sul
Secretaria Municipal de Educação
Estado do Rio Grande do Sul

componentes que lecionam, Salvador do Sul investe na capacitação e no suporte pedagógico contínuo. Além disso, o contexto socioeconômico favorável do município, com alto IDHM e PIB per capita elevado, fortalece o engajamento das famílias e garante um acesso universal e qualificado, resultando em índices de alfabetização e fluxo escolar que são referências de excelência e resiliência.

Dessa forma, o enfrentamento das trajetórias escolares irregulares requer não apenas a manutenção das condições de oferta já existentes, mas também o fortalecimento de estratégias de prevenção, identificação precoce e acompanhamento individualizado dos estudantes em risco de reprovação, abandono ou interrupção dos estudos. O acompanhamento articulado entre escola, família, rede de proteção e demais políticas públicas constitui elemento fundamental para assegurar a permanência, a aprendizagem, a progressão e a conclusão da Educação Básica na idade adequada.

CAUSAS CRÍTICAS

- Defasagens de aprendizagem não sanadas desde o início da escolarização dificultam a trajetória escolar regular nos ensinos fundamental e médio;
- Reprovação e distorção idade-série, que podem aumentar progressivamente a defasagem escolar e o risco de abandono;
- Estudantes que não concluíram os ensinos fundamentais e médios porque tiveram que trabalhar;
- Adequação do número de alunos por sala;
- Busca Ativa;
- Manutenção da RAE;
- Criar um elo entre família e escola para garantir que o aluno que trabalha tenha frequência e rendimento escolar;



Prefeitura Municipal de Salvador do Sul

Secretaria Municipal de Educação

Estado do Rio Grande do Sul

- Necessidade de fortalecimento da qualidade e da atratividade do Ensino Médio, considerando as dificuldades em manter os estudantes motivados e envolvidos com o processo de aprendizagem;
- Baixo interesse e motivação de parte dos estudantes em relação à escola e às aprendizagens, constituindo um desafio para a permanência, o rendimento e a conclusão do Ensino Médio.

5) APRENDIZAGEM NO ENSINO FUNDAMENTAL E NO ENSINO MÉDIO

PROBLEMA: Estudantes do ensino fundamental e do ensino médio não alcançam o nível adequado de aprendizado em relação ao seu ano de estudo, havendo persistentes desigualdades entre as populações de baixo nível socioeconômico e as em situação de vulnerabilidade social, como populações negras, indígenas, quilombolas, pessoas surdas, com deficiência, povos do campo, das águas e das florestas.

ANÁLISE DESCRITIVA

A análise da aprendizagem no ensino fundamental de Salvador do Sul indica que o município tem conseguido manter indicadores estáveis, com resultados que apontam para o alcance de níveis adequados de aprendizado em grande parte da rede.

No entanto, o diagnóstico municipal precisa focar nos desafios que persistem para que o aprendizado seja verdadeiramente inclusivo. O problema central reside na necessidade de garantir que os estudantes que ainda não atingiram os níveis de proficiência adequados recebam a atenção necessária para superar suas dificuldades, evitando que desigualdades socioeconômicas ou situações de



Prefeitura Municipal de Salvador do Sul

Secretaria Municipal de Educação

Estado do Rio Grande do Sul

vulnerabilidade comprometam seu desenvolvimento. É fundamental monitorar de perto o desempenho de alunos com deficiência, estudantes de baixa renda e aqueles que enfrentam barreiras geográficas ou sociais, assegurando que as práticas pedagógicas sejam adaptadas às suas realidades. Assim, o foco do município deve ser a manutenção do que já foi conquistado, buscando ao mesmo tempo estratégias mais precisas para apoiar os alunos que ainda encontram dificuldades em alcançar o aprendizado esperado para seu ano de estudo no ensino fundamental e médio.

ANÁLISE CAUSAL

A qualidade da oferta do Ensino Fundamental e do Ensino Médio resulta da articulação entre diferentes condições estruturais e pedagógicas que influenciam diretamente as oportunidades de aprendizagem dos estudantes. As características da infraestrutura, a disponibilidade de recursos pedagógicos e tecnológicos, as práticas de ensino, a formação e as condições de trabalho dos profissionais da educação e a participação da comunidade escolar são fatores que, quando não atendidos de forma adequada, podem contribuir para dificuldades de aprendizagem e para a manutenção das desigualdades educacionais.

Entre as causas relacionadas às condições de oferta, destaca-se a necessidade de garantir infraestrutura escolar adequada às diferentes etapas de ensino. Espaços físicos apropriados, ambientes de aprendizagem, equipamentos, recursos pedagógicos e tecnológicos e condições de acessibilidade constituem elementos importantes para o desenvolvimento das atividades escolares. A necessidade de manutenção, adequação e modernização desses espaços exige planejamento permanente e disponibilidade de recursos, especialmente diante das diferentes demandas apresentadas pelas instituições de ensino.



Prefeitura Municipal de Salvador do Sul
Secretaria Municipal de Educação
Estado do Rio Grande do Sul

Outra causa relevante está relacionada à qualidade e à continuidade das práticas pedagógicas. A aprendizagem dos estudantes depende da organização do trabalho pedagógico, das estratégias utilizadas pelos professores, do acompanhamento sistemático do desenvolvimento das aprendizagens e da capacidade da escola de identificar e atender às diferentes necessidades dos estudantes. Nesse sentido, a formação continuada dos profissionais e o trabalho colaborativo entre professores, equipes gestoras e demais profissionais da educação são fundamentais para qualificar os processos de ensino e aprendizagem.

Também merece destaque a articulação entre as diferentes etapas da Educação Básica. A transição da Educação Infantil para o Ensino Fundamental, entre os anos iniciais e os anos finais e, posteriormente, para o Ensino Médio, exige continuidade nos processos pedagógicos e acompanhamento das aprendizagens. Quando essa articulação é fragilizada, podem ocorrer rupturas no percurso escolar, dificultando a adaptação dos estudantes às novas etapas e contribuindo para o acúmulo de defasagens ao longo da escolarização.

Nos anos finais do Ensino Fundamental e no Ensino Médio, somam-se desafios relacionados à adequação das propostas curriculares às diferentes características, interesses e necessidades dos estudantes. A organização curricular e as práticas pedagógicas precisam dialogar com as diferentes realidades juvenis, favorecer o protagonismo dos estudantes e estabelecer relações entre os conhecimentos escolares e seus projetos de vida.

Outro fator relacionado às dificuldades de aprendizagem é a necessidade de fortalecer o acompanhamento da frequência, da participação e do desenvolvimento dos estudantes. A ausência recorrente, a participação reduzida nas atividades escolares e situações de vulnerabilidade podem comprometer a continuidade das aprendizagens. O acompanhamento sistemático desses aspectos permite identificar precocemente situações de risco e articular estratégias de apoio entre escola, família e demais serviços da rede de proteção, quando necessário.



Prefeitura Municipal de Salvador do Sul
Secretaria Municipal de Educação
Estado do Rio Grande do Sul

Dessa forma, a melhoria da aprendizagem não depende de um único fator, mas da articulação entre infraestrutura, recursos, do acolhimento dos profissionais dos outros níveis aos alunos que estão em transição, práticas pedagógicas, acompanhamento das aprendizagens, continuidade entre as etapas e participação da comunidade escolar. No contexto de Salvador do Sul, compreender essas relações é fundamental para identificar os pontos que necessitam de maior atenção e orientar ações que contribuam para a melhoria da qualidade do ensino e para a redução das desigualdades de aprendizagem ao longo da Educação Básica.

CAUSAS CRÍTICAS

- Infraestrutura escolar e recursos pedagógicos de grande parte das escolas públicas que oferecem o ensino fundamental e médio são inadequados;
- Baixa qualidade das interações e práticas pedagógicas entre professores, estudantes, demais profissionais da escola e da comunidade escolar;
- Insuficiência dos processos de formação continuada voltados aos professores;
- Dificuldade de reverter o baixo nível de aprendizagem de grupos em situação de vulnerabilidade social, populações indígena, quilombola, do campo, surda e público-alvo da educação especial;
- Ambiente e clima escolar, por vezes, não favorecem o desenvolvimento das aprendizagens;
- Recomposição das aprendizagens;
- Potencializar a carga horária dos profissionais;
- Intensificar o planejamento docente;
- Acompanhar índices das avaliações;



Prefeitura Municipal de Salvador do Sul
Secretaria Municipal de Educação
Estado do Rio Grande do Sul

- Fortalecer a avaliação diagnóstica e formativa;
- Acompanhamento aos profissionais para garantir a aprendizagem;
- Maior participação e interesse por parte dos alunos.

6) EDUCAÇÃO INTEGRAL EM TEMPO INTEGRAL

PROBLEMA: As redes públicas de ensino, em grande parte, não oferecem experiência de educação integral em tempo integral.

ANÁLISE DESCRITIVA

A ampliação da oferta de educação em tempo integral constitui um desafio que envolve aspectos estruturais, pedagógicos, financeiros e de organização da rede de ensino. A educação integral não se limita à ampliação da permanência dos estudantes na escola, mas pressupõe uma proposta educativa que contemple o desenvolvimento das diferentes dimensões do estudante, articulando conhecimentos, experiências, práticas culturais, esportivas, artísticas e sociais.

Entre as principais causas que podem dificultar a expansão e a qualificação do ensino em tempo integral está a necessidade de adequação da infraestrutura escolar. A ampliação da jornada exige espaços apropriados para o desenvolvimento de diferentes atividades, além de condições adequadas para alimentação, descanso, convivência e práticas pedagógicas diversificadas. Dessa forma, a estrutura física das instituições precisa acompanhar as demandas decorrentes da permanência ampliada dos estudantes.

Outro fator está relacionado à disponibilidade e à organização dos profissionais da educação. A ampliação da jornada escolar demanda profissionais em quantidade suficiente e com condições adequadas de trabalho, além de formação continuada que



Prefeitura Municipal de Salvador do Sul
Secretaria Municipal de Educação
Estado do Rio Grande do Sul

contribua para o desenvolvimento de práticas pedagógicas coerentes com a perspectiva da educação integral. Também é necessário repensar a organização dos tempos e espaços escolares, de modo que o período ampliado não represente apenas a repetição ou extensão das atividades realizadas no turno regular.

A construção de uma proposta curricular integrada constitui igualmente um desafio. Para que o tempo integral produza impactos efetivos na formação dos estudantes, é necessário articular os componentes curriculares e as diferentes experiências educativas, promovendo atividades que ampliem as oportunidades de aprendizagem, estimulem a autonomia, a criatividade, a convivência e o desenvolvimento de habilidades sociais, culturais e cognitivas. Essa organização deve considerar as características, interesses e necessidades dos estudantes e a realidade de cada comunidade escolar.

O financiamento também representa uma condição importante para a sustentabilidade da educação em tempo integral. A ampliação da jornada implica custos adicionais relacionados à alimentação escolar, recursos humanos, transporte, manutenção dos espaços, materiais pedagógicos e adequações estruturais. Portanto, a expansão da oferta precisa estar acompanhada de planejamento orçamentário e de estratégias que assegurem sua continuidade e qualidade.

Por fim, a implementação do tempo integral requer diálogo e participação da comunidade escolar. A mudança na organização da rotina dos estudantes impacta diretamente as famílias e precisa considerar suas necessidades e expectativas. A construção coletiva da proposta, com participação de profissionais, estudantes, famílias e comunidade, contribui para fortalecer a compreensão sobre os objetivos da educação integral e favorecer sua efetiva implementação.

Assim, a consolidação da educação em tempo integral depende da articulação entre infraestrutura, recursos humanos, financiamento, organização curricular e participação da comunidade. Para Salvador do Sul, o desafio consiste em ampliar e qualificar essa oferta de forma planejada e sustentável, garantindo que a ampliação



Prefeitura Municipal de Salvador do Sul
Secretaria Municipal de Educação
Estado do Rio Grande do Sul

da jornada represente, efetivamente, a ampliação das oportunidades de aprendizagem e desenvolvimento integral dos estudantes.

Destaca-se também a ampliação gradual do Tempo Integral na rede municipal, como estratégia de fortalecimento das aprendizagens e de ampliação das oportunidades educativas. Na EMEFTI Selma Wallauer, atualmente são 48 matrículas em turmas de Tempo Integral, sendo 21 estudantes no 1º ano, 13 no 2º ano e 14 no 3º ano. A implementação vem ocorrendo de forma gradual, com a ampliação de uma turma a cada ano, possibilitando ao município acompanhar as condições de oferta e qualificar progressivamente a proposta. A ampliação do tempo escolar favorece a realização de atividades diversificadas, o acompanhamento das aprendizagens e o desenvolvimento de ações de apoio e recomposição, contribuindo para o processo de alfabetização nos anos iniciais.

ANÁLISE CAUSAL

A implementação de uma educação integral em tempo integral envolve desafios de diferentes naturezas, relacionados principalmente ao financiamento, à infraestrutura, à organização curricular, aos profissionais da educação e à articulação com a comunidade e com outras políticas públicas. A ampliação da jornada escolar, por si só, não garante uma experiência de educação integral, sendo necessário assegurar condições para que o tempo ampliado seja planejado de forma pedagógica e contribua efetivamente para o desenvolvimento dos estudantes.

Entre as principais causas que podem dificultar a expansão e a qualificação dessa oferta está a necessidade de recursos financeiros suficientes para adequar espaços físicos, ampliar a disponibilidade de profissionais, garantir alimentação, adquirir materiais pedagógicos e tecnológicos e manter as atividades desenvolvidas durante a jornada ampliada. A sustentabilidade financeira é, portanto, condição



Prefeitura Municipal de Salvador do Sul
Secretaria Municipal de Educação
Estado do Rio Grande do Sul

fundamental para que a ampliação da oferta ocorra de forma planejada e com qualidade.

Outro fator está relacionado à infraestrutura das instituições de ensino. A permanência dos estudantes por um período maior exige ambientes adequados não apenas para as atividades curriculares, mas também para alimentação, descanso, convivência, práticas esportivas, culturais e artísticas. Dessa forma, a expansão do tempo integral precisa estar acompanhada de investimentos que assegurem condições adequadas de funcionamento das escolas.

Também constitui causa relevante a necessidade de organização de uma proposta curricular própria para a educação integral. A ampliação da jornada não deve representar apenas a extensão das atividades do turno regular, mas possibilitar a integração entre diferentes conhecimentos e experiências. Para isso, é necessário superar uma organização fragmentada em turnos pouco articulados e construir práticas que considerem as diferentes dimensões do desenvolvimento dos estudantes.

A formação e as condições de trabalho dos profissionais da educação também influenciam diretamente a qualidade da implementação. Professores, equipes gestoras e demais profissionais precisam compreender os princípios da educação integral e dispor de formação continuada para planejar e desenvolver práticas pedagógicas adequadas à jornada ampliada. A reorganização dos tempos, espaços e responsabilidades da escola exige, portanto, planejamento coletivo e acompanhamento permanente.

Além disso, a participação das famílias e da comunidade escolar é fundamental para a consolidação da proposta. A ampliação da jornada modifica a rotina dos estudantes e de suas famílias, sendo necessário estabelecer diálogo sobre as necessidades da comunidade e sobre os objetivos da educação integral. Em determinadas situações, também pode ser necessária a articulação com outras



Prefeitura Municipal de Salvador do Sul
Secretaria Municipal de Educação
Estado do Rio Grande do Sul

políticas públicas, especialmente nas áreas de assistência social, saúde, cultura, esporte e proteção à infância e à adolescência.

Assim, os desafios para a implementação da educação integral em tempo integral estão relacionados à articulação de condições financeiras, estruturais, pedagógicas e humanas. Para Salvador do Sul, a ampliação dessa oferta deve ocorrer de maneira planejada e gradual, considerando as condições de cada instituição, as necessidades dos estudantes e a capacidade de sustentabilidade da rede, garantindo que o aumento do tempo de permanência na escola esteja efetivamente associado à ampliação das oportunidades de aprendizagem e ao desenvolvimento integral.

CAUSAS CRÍTICAS

- Ampliação de espaços;
- Limitações de infraestrutura e de espaços físicos adequados para atender estudantes em jornada ampliada;
- Necessidade de adequação e ampliação de recursos humanos para atender às demandas da jornada ampliada;
- Formações específicas para os profissionais que atuam no Tempo Integral;
- Ampliação gradativa de matrículas;
- Ofertar conhecimento à comunidade escolar sobre o Tempo Integral;
- A falta de capacidade de financiamento das redes de ensino dificulta que seja assegurado infraestrutura adequada, profissionais da educação, recursos tecnológicos e insumos materiais que fortaleçam a implementação de um currículo integral em tempo ampliado aos estudantes da educação básica;



Prefeitura Municipal de Salvador do Sul

Secretaria Municipal de Educação

Estado do Rio Grande do Sul

- A ausência de diretrizes, referenciais e padrões de qualidade que orientem as redes de ensino na implementação de uma educação integral em tempo integral, especialmente em relação às necessidades e possibilidades pedagógicas e curriculares;
- Os currículos das redes de ensino não preveem adequadamente a educação integral em tempo integral, verificando-se a sedimentação de práticas pedagógicas em dois turnos não articulados.
- Os sistemas, as escolas e os profissionais do magistério, desde a formação inicial, têm pouco contato com as abordagens teóricas, metodológicas e didáticas sobre educação integral e ainda, sobre orientações que permitam à compreensão sobre a realidade social e cultural das comunidades educacionais.

7) CONECTIVIDADE, EDUCAÇÃO PARA AS TECNOLOGIAS E CIDADANIA DIGITAL

PROBLEMA: Limitação de acesso de qualidade à rede mundial de computadores (internet) para uso pedagógico e desenvolvimento de capacidades para o exercício da cidadania digital.

ANÁLISE DESCRITIVA

A ampliação do uso das tecnologias digitais na educação evidenciou a importância da conectividade como condição para o acesso a diferentes recursos, informações e oportunidades de aprendizagem. A experiência vivenciada durante a pandemia de Covid-19 também evidenciou que as desigualdades de acesso à internet e aos equipamentos tecnológicos podem interferir na continuidade dos processos educacionais. Nesse contexto, a conectividade escolar passou a ocupar papel ainda



Prefeitura Municipal de Salvador do Sul
Secretaria Municipal de Educação
Estado do Rio Grande do Sul

mais relevante na garantia de uma educação alinhada às demandas da sociedade contemporânea.

Em 2023, a educação digital foi incorporada à Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei nº 9.394/1996), que passou a estabelecer, entre os deveres do Estado, a garantia de conectividade das instituições públicas de educação básica e superior à internet em alta velocidade e adequada ao uso pedagógico. A legislação também destaca a necessidade de desenvolver competências relacionadas ao letramento digital, à comunicação, à colaboração, à segurança e à resolução de problemas, reforçando que a tecnologia deve estar integrada aos processos de ensino e aprendizagem.

Entre as principais causas que podem dificultar a garantia de conectividade adequada está a própria diversidade das condições territoriais. A localização das instituições, a disponibilidade de infraestrutura de telecomunicações e as características geográficas de determinadas regiões influenciam a escolha das tecnologias utilizadas para o acesso à internet e os custos de implantação, manutenção e atualização dos equipamentos. Em municípios que possuem áreas urbanas e rurais, essas diferenças podem representar desafios adicionais para assegurar uma conexão estável e de qualidade em todas as instituições.

Além da disponibilidade da conexão, a qualidade do serviço também é um fator determinante. Uma internet instável, com velocidade insuficiente ou sem cobertura adequada pode limitar o uso de plataformas educacionais, recursos multimídia, ambientes virtuais de aprendizagem e demais ferramentas digitais. Da mesma forma, a existência de equipamentos adequados e atualizados e a manutenção periódica da infraestrutura tecnológica são condições necessárias para que a conectividade se converta efetivamente em recurso pedagógico.

Outro fator relevante é a preparação dos profissionais e dos estudantes para o uso qualificado das tecnologias. A simples disponibilização de internet e equipamentos não garante sua utilização pedagógica. É necessário desenvolver



Prefeitura Municipal de Salvador do Sul
Secretaria Municipal de Educação
Estado do Rio Grande do Sul

competências digitais e promover formação continuada para que os profissionais possam integrar os recursos tecnológicos ao currículo de maneira planejada, crítica e significativa, contribuindo para ampliar as possibilidades de aprendizagem.

Dessa forma, a garantia da educação digital envolve um conjunto de condições que ultrapassam o acesso à internet, incluindo infraestrutura de conectividade, equipamentos, manutenção, formação dos profissionais e integração das tecnologias às práticas pedagógicas. Para Salvador do Sul, o desafio consiste em assegurar que todas as instituições da rede tenham condições adequadas de conectividade e que os recursos digitais sejam utilizados de forma qualificada, contribuindo para a melhoria dos processos de ensino e aprendizagem e para a redução das desigualdades de acesso às oportunidades educacionais.

ANÁLISE CAUSAL

A limitação do acesso à internet de qualidade para fins pedagógicos decorre de diferentes fatores que impactam diretamente a efetivação das práticas educacionais mediadas por tecnologias. Entre eles, destacam-se a insuficiência de infraestrutura tecnológica, com número reduzido de equipamentos disponíveis para estudantes e professores, e a necessidade de ampliação e qualificação da conectividade nas unidades escolares.

Além disso, observa-se a necessidade de fortalecer a formação continuada dos docentes para o uso pedagógico das tecnologias digitais, promovendo o desenvolvimento de competências que possibilitem integrar os recursos tecnológicos de forma intencional, inovadora e alinhada aos objetivos de aprendizagem.

Outro aspecto relevante refere-se à promoção da cidadania digital, uma vez que o uso das tecnologias exige o desenvolvimento de atitudes críticas, reflexivas, responsáveis e éticas. Nesse contexto, é fundamental implementar ações educativas



Prefeitura Municipal de Salvador do Sul

Secretaria Municipal de Educação

Estado do Rio Grande do Sul

voltadas à prevenção de situações como o cyberbullying, à segurança no ambiente digital, à proteção de dados e ao combate à desinformação, preparando os estudantes para uma participação consciente e segura na sociedade digital.

Essa análise identifica as principais causas do problema e evidencia a necessidade de investimentos simultâneos em infraestrutura, equipamentos, conectividade e formação humana para garantir uma educação digital de qualidade.

CAUSAS CRÍTICAS

- Formação docente;
- Aumentar equipamentos tecnológicos;
- Garantir o uso crítico, reflexivo e ético das tecnologias; (cyberbullying)
- Soluções de conectividade via satélite, embora adequadas devido a questões geográficas, precisam de manutenção e conhecimento técnico, o que inviabiliza o funcionamento das transmissões no médio prazo, se não houver uma retaguarda técnica qualificada;
- A falta de banda larga de alta velocidade inviabiliza a educação digital e o uso de ferramentas que tornem adequadas as práticas pedagógicas que utilizam a internet nas escolas;
- Monitorar regularmente a qualidade da internet e o funcionamento dos equipamentos, identificando problemas antes que comprometam as atividades escolares;
- Promover projetos de inclusão e cidadania digital, trabalhando temas como fake news, exposição nas redes sociais, proteção de dados, respeito e responsabilidade on-line;
- Garantir acessibilidade digital, disponibilizando recursos tecnológicos e ferramentas adaptadas para estudantes com diferentes necessidades educacionais.



Prefeitura Municipal de Salvador do Sul
Secretaria Municipal de Educação
Estado do Rio Grande do Sul

8) EDUCAÇÃO ESCOLAR INDÍGENA, EDUCAÇÃO DO CAMPO E EDUCAÇÃO ESCOLAR QUILOMBOLA

PROBLEMA: O acesso, a qualidade da oferta e a permanência, em todos os níveis, etapas e modalidades da educação escolar indígena, educação do campo e educação escolar quilombola não estão assegurados.

ANÁLISE DESCRITIVA

No município de Salvador do Sul, não há registro de escolas indígenas nem de escolas quilombolas integrantes da rede municipal de ensino, tampouco de demanda educacional específica dessas modalidades. Entretanto, o município reconhece o direito à educação escolar diferenciada desses povos, conforme a legislação vigente, comprometendo-se a garantir o acesso, a permanência e a qualidade da oferta educacional caso essa demanda venha a existir.

No que se refere à educação do campo, Salvador do Sul possui escolas localizadas em áreas rurais que desempenham papel fundamental na garantia do direito à educação das crianças e adolescentes residentes nessas comunidades. Essas escolas contribuem para a permanência dos estudantes em seus territórios, fortalecendo os vínculos comunitários e valorizando as características locais.

Entretanto, a oferta da educação do campo apresenta desafios relacionados à manutenção das escolas rurais, à organização de turmas multisseriadas, ao transporte escolar, à infraestrutura, à disponibilidade de recursos pedagógicos e tecnológicos e à necessidade de formação continuada específica para os profissionais que atuam nesse contexto. Esses fatores exigem planejamento permanente e investimentos que assegurem condições adequadas de ensino e aprendizagem.



Prefeitura Municipal de Salvador do Sul
Secretaria Municipal de Educação
Estado do Rio Grande do Sul

Além da garantia do acesso, é necessário fortalecer práticas pedagógicas que considerem as especificidades das comunidades do campo, valorizando sua identidade, cultura, modos de vida e relações com o território, em consonância com as Diretrizes Operacionais para a Educação Básica nas Escolas do Campo.

A organização de turmas multisseriadas constitui uma realidade da educação do campo no município e representa uma alternativa essencial para garantir o direito à educação nas comunidades rurais, evitando o deslocamento excessivo dos estudantes e contribuindo para sua permanência no território. Contudo, essa forma de organização demanda investimentos em formação continuada específica, materiais pedagógicos adequados, ampliação do acompanhamento pedagógico e estratégias de ensino que atendam às diferentes etapas de escolarização presentes na mesma turma, assegurando a qualidade da aprendizagem e a equidade educacional.

Embora o município não possua, atualmente, escolas indígenas ou quilombolas, a promoção da equidade educacional pressupõe o respeito à diversidade étnica, cultural e territorial, bem como o compromisso com políticas públicas que assegurem o direito à educação de todos os estudantes, independentemente de sua origem ou pertencimento social e cultural.

ANÁLISE CAUSAL

A realidade da educação do campo no município evidencia desafios relacionados à garantia da qualidade da oferta educacional, especialmente em escolas rurais com turmas multisseriadas. A necessidade de conciliar diferentes anos de escolaridade em uma mesma turma exige planejamento pedagógico diferenciado, metodologias específicas e formação continuada voltada a esse contexto, aspectos que ainda demandam fortalecimento.



Prefeitura Municipal de Salvador do Sul
Secretaria Municipal de Educação
Estado do Rio Grande do Sul

Somam-se a isso fatores como a necessidade de investimentos permanentes em infraestrutura, recursos pedagógicos e tecnológicos, transporte escolar e acompanhamento pedagógico, visando assegurar condições adequadas de ensino e aprendizagem e favorecer a permanência dos estudantes no campo.

Embora o município não registre, atualmente, demanda por educação escolar indígena ou educação escolar quilombola, torna-se necessário manter mecanismos institucionais capazes de garantir o atendimento dessas modalidades, caso haja demanda futura, assegurando o respeito às especificidades culturais, linguísticas e territoriais previstas na legislação educacional.

Além disso, faz-se necessário fortalecer políticas públicas voltadas à valorização da identidade das comunidades do campo, promovendo práticas pedagógicas contextualizadas e garantindo que o acesso, a permanência e a aprendizagem ocorram com equidade e qualidade social.

As mudanças climáticas e a ocorrência de eventos climáticos extremos também impactam diretamente o acesso, a permanência e a continuidade das atividades escolares no município. Episódios de chuvas intensas, deslizamentos, bloqueios de vias e danos à infraestrutura podem comprometer o deslocamento de estudantes e profissionais da educação, provocar interrupções no calendário letivo e exigir a reorganização das atividades pedagógicas. Nesse contexto, torna-se fundamental fortalecer ações de prevenção, planejamento e adaptação, ampliando a capacidade de resposta da rede municipal de ensino frente às situações de emergência e garantindo o direito à educação mesmo em cenários de adversidade.

CAUSAS CRÍTICAS

- Garantir o transporte escolar;
- Valorizar as culturas e tradições no currículo;
- Fortalecer as práticas de contextos climáticos;
- Flexibilização do calendário em casos de necessidade climática;



Prefeitura Municipal de Salvador do Sul
Secretaria Municipal de Educação
Estado do Rio Grande do Sul

- Formação continuada específica para docentes das turmas multisseriadas;
- Fortalecimento da infraestrutura das escolas do campo;
- Ampliação dos recursos pedagógicos e tecnológicos;
- Valorização da identidade e da cultura das comunidades do campo;
- Organização curricular e práticas pedagógicas adequadas às classes multisseriadas;
- Baixo número de professores com formação específica para trabalhar com educação do campo;
- Inobservância e falta de regulamentação dos normativos da educação do campo para orientar estados e municípios na educação básica;
- Garantia de atendimento, quando necessário, à educação escolar indígena e quilombola, respeitando suas especificidades.

9) EDUCAÇÃO ESPECIAL NA PERSPECTIVA DA EDUCAÇÃO INCLUSIVA E EDUCAÇÃO BILÍNGUE DE SURDOS

PROBLEMA: O acesso, a permanência, a oferta de atendimento educacional especializado e a aprendizagem dos estudantes público-alvo da educação especial (PAEE) e dos estudantes público-alvo da educação bilíngue de surdos são insuficientes e desiguais em todos os níveis, as etapas e as modalidades de ensino.

ANÁLISE DESCRITIVA

A Educação Especial, na perspectiva da educação inclusiva, constitui uma modalidade transversal que perpassa as diferentes etapas e modalidades da Educação Básica, tendo como princípio a garantia do acesso, da participação, da aprendizagem e da permanência dos estudantes público-alvo da Educação Especial (PAEE) no sistema educacional. Esse compromisso está assegurado pela legislação



Prefeitura Municipal de Salvador do Sul
Secretaria Municipal de Educação
Estado do Rio Grande do Sul

brasileira e fundamenta a organização de políticas e práticas voltadas à eliminação das barreiras que possam dificultar a plena participação dos estudantes no ambiente escolar.

Nesse contexto, a inclusão educacional pressupõe que os estudantes público-alvo da Educação Especial tenham assegurado o direito de frequentar a escola regular, participar das atividades pedagógicas e desenvolver suas potencialidades, contando com os apoios e recursos necessários às suas necessidades específicas. O Atendimento Educacional Especializado (AEE) constitui importante instrumento para esse processo, atuando de forma complementar ou suplementar à escolarização e contribuindo para a eliminação de barreiras e para a ampliação das condições de aprendizagem e participação.

Em Salvador do Sul, a análise da Educação Especial deve considerar a ampliação do acesso dos estudantes público-alvo às instituições de ensino e as condições oferecidas pela rede para assegurar sua permanência e aprendizagem. Nesse processo, destacam-se a oferta do AEE, a disponibilidade de profissionais de apoio e especializados, a acessibilidade dos espaços escolares, os recursos pedagógicos e de tecnologia assistiva e a articulação entre os profissionais responsáveis pelo atendimento e os professores das turmas regulares.

A efetivação da inclusão exige, ainda, que as práticas pedagógicas considerem a diversidade existente entre os estudantes. A adaptação de estratégias, recursos, materiais e formas de avaliação deve ocorrer de maneira planejada, preservando o direito à aprendizagem e favorecendo a participação dos estudantes nas experiências desenvolvidas pela turma. Da mesma forma, em situações nas quais o estudante apresenta necessidades específicas que dificultam sua permanência durante toda a jornada escolar, especialmente nas escolas que ofertam o ensino em tempo integral, pode ser necessária a flexibilização e adequação da jornada, considerando suas condições individuais e seu bem-estar. Essa medida deve ser planejada de forma individualizada, em articulação com a família, equipe escolar e profissionais que



Prefeitura Municipal de Salvador do Sul
Secretaria Municipal de Educação
Estado do Rio Grande do Sul

acompanham o estudante, buscando garantir o maior tempo possível de participação nas atividades escolares, sem desconsiderar seus limites e necessidades específicas.

Nesse sentido, o trabalho colaborativo entre professores, profissionais do AEE, equipes gestoras e famílias constitui elemento importante para o acompanhamento do desenvolvimento de cada estudante.

Outro aspecto relevante refere-se à formação dos profissionais da educação. O atendimento às diferentes necessidades educacionais demanda conhecimentos e estratégias que permitam aos profissionais identificar barreiras, utilizar recursos adequados e desenvolver práticas pedagógicas inclusivas. A formação continuada, portanto, constitui uma importante estratégia para qualificar o atendimento e fortalecer uma cultura escolar pautada no respeito à diversidade e na garantia de direitos.

A acessibilidade também representa dimensão fundamental da inclusão, abrangendo não apenas os aspectos arquitetônicos, mas também as dimensões pedagógica, comunicacional e tecnológica. A garantia de ambientes acessíveis, materiais adequados, recursos de comunicação e tecnologias assistivas contribui para que os estudantes possam participar das atividades escolares com maior autonomia.

No caso dos estudantes surdos, destaca-se ainda a necessidade de atenção às especificidades linguísticas e culturais relacionadas à educação bilíngue de surdos. A Língua Brasileira de Sinais (Libras) e a língua portuguesa escrita possuem papéis distintos nesse processo, sendo fundamental que a organização do atendimento considere as necessidades linguísticas e educacionais desses estudantes, conforme previsto na legislação educacional.

Dessa forma, a análise da Educação Especial no município deve ultrapassar a perspectiva do acesso e considerar as condições efetivas de participação, aprendizagem e desenvolvimento dos estudantes. Para Salvador do Sul, o acompanhamento da oferta do AEE, dos profissionais e recursos disponíveis, das condições de acessibilidade e das práticas pedagógicas inclusivas é essencial para



Prefeitura Municipal de Salvador do Sul

Secretaria Municipal de Educação

Estado do Rio Grande do Sul

identificar avanços e necessidades e orientar as políticas educacionais do PME 2026–2036, fortalecendo o compromisso com uma educação que assegure igualdade de oportunidades e respeito às diferenças.

ANÁLISE CAUSAL

A ampliação das matrículas de estudantes público-alvo da Educação Especial na rede regular de ensino reforça a necessidade de contínuo fortalecimento das políticas de educação inclusiva no município. A garantia da matrícula constitui uma etapa fundamental, mas a efetivação do direito à educação depende também da existência de condições adequadas para a permanência, a participação, a aprendizagem e o desenvolvimento de cada estudante, considerando suas necessidades específicas.

Entre os principais fatores que podem interferir na qualidade desse atendimento está a necessidade de fortalecer a formação continuada dos professores, equipes gestoras e demais profissionais da educação para o desenvolvimento de práticas pedagógicas inclusivas. Soma-se a isso a necessidade de assegurar a oferta e a organização do Atendimento Educacional Especializado (AEE), a disponibilidade de profissionais de apoio quando necessários e a utilização de recursos pedagógicos, tecnológicos e de acessibilidade que contribuam para a autonomia e a participação dos estudantes.

Outro aspecto importante está relacionado à organização do trabalho pedagógico. A diversidade presente nas salas de aula exige estratégias de ensino, recursos e formas de acompanhamento que considerem as características individuais dos estudantes, garantindo sua participação nas atividades e o desenvolvimento das aprendizagens previstas para cada etapa. Para isso, é fundamental fortalecer a articulação entre os professores da sala comum, os profissionais do AEE, as equipes



Prefeitura Municipal de Salvador do Sul
Secretaria Municipal de Educação
Estado do Rio Grande do Sul

gestoras, as famílias e, quando necessário, os demais serviços que integram a rede de proteção.

A ampliação da oferta de educação em tempo integral também exige atenção específica à organização do atendimento aos estudantes público-alvo da Educação Especial. A jornada ampliada demanda planejamento dos tempos, espaços e profissionais envolvidos, de modo que o atendimento especializado esteja articulado à proposta pedagógica da escola e não limite a participação do estudante nas demais experiências educativas.

A acessibilidade constitui igualmente um fator essencial para a efetivação da inclusão, abrangendo aspectos arquitetônicos, comunicacionais, pedagógicos e tecnológicos. A identificação e a eliminação das barreiras existentes nas instituições de ensino são necessárias para garantir que os estudantes possam participar das atividades escolares com segurança, autonomia e igualdade de oportunidades.

No que se refere à educação bilíngue de surdos, o município não dispõe atualmente de uma estrutura específica para essa modalidade. Entretanto, a existência de eventual demanda requer planejamento e organização da rede para assegurar atendimento educacional adequado, considerando as especificidades linguísticas e culturais dos estudantes surdos e garantindo as condições necessárias para a comunicação, a participação e a aprendizagem, em conformidade com a legislação vigente.

Dessa forma, o fortalecimento da Educação Especial em Salvador do Sul depende da articulação entre formação profissional, AEE, profissionais de apoio, acessibilidade, recursos pedagógicos e tecnológicos, acompanhamento individualizado e participação das famílias. O enfrentamento desses fatores deve estar presente no planejamento do PME 2026–2036, com o objetivo de consolidar uma educação cada vez mais inclusiva, capaz de garantir não apenas o acesso, mas também a permanência, a participação e a aprendizagem de todos os estudantes.



Prefeitura Municipal de Salvador do Sul

Secretaria Municipal de Educação

Estado do Rio Grande do Sul

CAUSAS CRÍTICAS

- A insuficiência e a desigualdade da capacidade de financiamento da oferta da AEE pelos entes federativos;
- A organização da oferta de AEE no contraturno não se adequa à realidade das escolas de tempo integral e as diferentes demandas regionais, das modalidades e das etapas de ensino;
- As limitações do transporte escolar acessível;
- Fragilidade de políticas de formação – incluindo professores regentes de classe comum que atendem o PAEE - em temas pertinentes da educação especial impulsionam o capacitismo como forma de relacionamento entre estudantes, profissionais e gestores da educação;
- Ausência de diretrizes e normativas nacionais para a educação bilíngue de surdos;
- Má distribuição territorial das escolas bilíngues, escolas-polo bilíngues e classes bilíngues de surdos no território nacional;
- Insuficiência de professores e profissionais da educação bilíngue;
- Falta de material específico;
- Avaliações não adequadas;
- Fortalecimento da articulação com a APAE e demais serviços especializados, visando ampliar o acesso dos estudantes público-alvo da Educação Especial a atendimentos complementares, como fisioterapia, fonoaudiologia, psicopedagogia, psicologia e outras áreas específicas, considerando que parte das crianças não dispõe desses acompanhamentos. A oferta articulada desses serviços pode contribuir de forma significativa para o desenvolvimento global, a autonomia, a aprendizagem e a participação dos estudantes no ambiente escolar.
- Ampliação do atendimento educacional especializado;



Prefeitura Municipal de Salvador do Sul
Secretaria Municipal de Educação
Estado do Rio Grande do Sul

- Estender a equipe multiprofissional;
- Ofertar transporte acessível;
- Conforme demanda, ofertar formação específica;
- Formação continuada em educação inclusiva;
- Ampliação e qualificação do Atendimento Educacional Especializado (AEE);
- Disponibilização de profissionais de apoio, conforme necessidade dos estudantes;
- Adequação da infraestrutura física;
- Ampliação de tecnologias assistivas e materiais pedagógicos acessíveis;
- Fortalecimento da articulação entre escola, família e rede de atendimento;
- Flexibilização curricular e práticas pedagógicas inclusivas;
- Planejamento da oferta do AEE em escolas de tempo integral;
- Organização de atendimento específico à educação bilíngue de surdos quando houver demanda.

10) EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS

PROBLEMA: Grande contingente de pessoas fora da idade escolar obrigatória não está alfabetizado, não concluiu o ensino fundamental ou o ensino médio.

ANÁLISE DESCRITIVA

O grande número de pessoas com 18 anos ou mais no Brasil sem educação básica concluída, associado à baixa oferta de educação de jovens e adultos, faz persistir o problema do analfabetismo adulto e da baixa escolarização média da população brasileira.



Prefeitura Municipal de Salvador do Sul
Secretaria Municipal de Educação
Estado do Rio Grande do Sul

As taxas de reprovação e abandono escolar nos anos finais do ensino fundamental e no ensino médio contribuem para o aumento da distorção série-idade e para a evasão do sistema de ensino antes da conclusão da educação básica. Há, portanto, um processo de exclusão escolar que ocorre também pelo acúmulo de repetências e gera um público potencial para a EJA.

O público da EJA encontra-se geralmente no mercado de trabalho, ainda que em ocupações de baixa qualificação e na informalidade. Na concorrência entre a escola e o mundo do trabalho, vence o trabalho, em função da necessidade de gerar renda e de sobreviver. A volta à escola para essa população é, em si, um grande desafio. Um modelo de oferta que não leve isso e as características específicas dos estudantes em consideração é mais suscetível ao fracasso.

Além do reduzido estímulo para que jovens, adultos e idosos voltem a frequentar a escola, diferentes estudos apontam a inadequação da oferta, caracterizada por horários e formatos inflexíveis que inviabilizam a conciliação entre trabalho e estudos; pela impossibilidade da matrícula de ingresso a qualquer tempo do período letivo; pelo descompasso entre o local da oferta e o da moradia ou do trabalho dos potenciais estudantes; além de currículos e práticas pedagógicas que não atendem as necessidades dos estudantes jovens e adultos.

A rigidez do horário e a falta de opções de turnos inviabilizam o acesso e a permanência de muitos grupos, destacadamente dos trabalhadores do mercado informal, dos profissionais que trabalham à noite, das mães e dos avós de crianças pequenas, dentre outros. A indisponibilidade de formatos flexíveis desconsidera as condições de vida dos potenciais educandos, marcada pelas condições de vulnerabilidade socioeconômica associada a precárias condições de vida e trabalho. Por outro lado, o currículo de EJA não integra, na maioria dos casos, formação para o mundo do trabalho, o que representa um baixo atrativo para a volta à escola.

Por fim, destaca-se o fato de não haver o reconhecimento social e político das pessoas não alfabetizadas e com baixa escolaridade como sujeitos de direitos,



Prefeitura Municipal de Salvador do Sul
Secretaria Municipal de Educação
Estado do Rio Grande do Sul

situação evidenciada pela ausência de iniciativas que integrem a EJA a outras políticas públicas, a exemplo da reduzida e precária oferta da EJA nos espaços de privação de liberdade. Observe-se que as condições de analfabetismo dos cidadãos comprometem o desenvolvimento de toda a sociedade em todos os campos.

ANÁLISE CAUSAL

A persistência do analfabetismo e da baixa escolarização entre jovens, adultos e idosos está relacionada a um conjunto de fatores históricos, sociais e educacionais que dificultam o acesso, a permanência e a conclusão da educação básica. Os dados obtidos por meio do questionário realizado com a comunidade evidenciaram a presença de pessoas analfabetas no município de Salvador do Sul e também apontaram que 22,7% dos participantes que responderam à pesquisa não concluíram seus estudos. Entre aqueles que não finalizaram a trajetória escolar, a grande maioria afirmou que a principal razão esteve relacionada à necessidade de trabalhar, evidenciando a forte influência das condições socioeconômicas e das responsabilidades relacionadas à geração de renda sobre a continuidade dos estudos. Esses resultados demonstram que, embora o acesso à educação básica esteja amplamente consolidado, ainda existem pessoas que não tiveram a oportunidade de concluir sua escolarização ou de desenvolver plenamente as habilidades de leitura e escrita.

Entre as principais causas, destaca-se a interrupção da trajetória escolar ainda na infância ou adolescência, decorrente de situações de reprovação, abandono e distorção idade-série, fazendo com que parte da população alcance a vida adulta sem concluir a escolarização básica. A necessidade de ingressar precocemente no mercado de trabalho pode contribuir para essa interrupção, especialmente quando o estudante precisa priorizar a geração de renda em detrimento da continuidade dos estudos. Esse processo contribui para a formação de um público potencial para a



Prefeitura Municipal de Salvador do Sul
Secretaria Municipal de Educação
Estado do Rio Grande do Sul

Educação de Jovens e Adultos (EJA), cuja demanda está diretamente relacionada às oportunidades oferecidas ao longo da trajetória educacional.

Além disso, as condições de vida e trabalho constituem importante fator de dificuldade para o retorno e a permanência na escola. Muitos jovens e adultos precisam conciliar os estudos com o trabalho, a geração de renda e as responsabilidades familiares, o que pode limitar sua disponibilidade para frequentar a escola. Nesse contexto, a existência de uma oferta pouco flexível, especialmente quanto a horários, locais e formas de organização, pode dificultar ainda mais o acesso à EJA. Para parte desse público, a necessidade de trabalhar e garantir a própria subsistência ou a de sua família acaba sendo priorizada em relação à continuidade dos estudos.

Outro fator relacionado ao problema é a necessidade de fortalecer a atratividade e a adequação da EJA às características e necessidades de seu público. Currículos, metodologias e práticas pedagógicas que não considerem as experiências de vida, os conhecimentos prévios, as diferentes faixas etárias e a realidade profissional dos estudantes podem contribuir para o desinteresse e para novas interrupções da trajetória escolar. Da mesma forma, a pouca articulação entre a escolarização e a formação para o mundo do trabalho pode reduzir a percepção de utilidade e de oportunidade associada ao retorno à escola.

Também se observa a necessidade de ampliar estratégias de identificação, busca ativa e mobilização das pessoas que não concluíram a educação básica. Muitas vezes, a população com baixa escolaridade não procura espontaneamente os espaços educacionais, seja pelas dificuldades de conciliar a escola com outras responsabilidades, seja pelo distanciamento construído ao longo dos anos em relação ao ambiente escolar. Dessa forma, a ausência ou fragilidade de ações articuladas entre educação, assistência social, trabalho e demais políticas públicas pode dificultar a identificação desse público e a construção de estratégias capazes de favorecer seu retorno e permanência na escola.



Prefeitura Municipal de Salvador do Sul
Secretaria Municipal de Educação
Estado do Rio Grande do Sul

Assim, o problema não está relacionado somente à existência ou não de vagas na EJA, mas a um conjunto de condições que envolvem a trajetória escolar anterior, as condições socioeconômicas, o mundo do trabalho, a organização da oferta educacional e a capacidade das políticas públicas de alcançar e acolher esse público. A presença de pessoas analfabetas identificada na pesquisa, somada ao fato de que 22,7% dos participantes declararam não ter concluído os estudos e de que a maioria desses participantes apontou a necessidade de trabalhar como motivo para a interrupção da escolarização, reforça a importância de manter esse tema presente no planejamento educacional do município. Nesse sentido, torna-se relevante fortalecer estratégias de busca, acolhimento e oferta de oportunidades de alfabetização e escolarização para jovens, adultos e idosos, considerando especialmente as condições de trabalho e de vida desse público.

A superação desse cenário exige, portanto, ações que considerem a realidade dos estudantes, ampliem as possibilidades de acesso e permanência e fortaleçam a EJA como uma política de garantia do direito à educação ao longo da vida.

CAUSAS CRÍTICAS

- Baixo investimento em educação profissional e tecnológica limita a expansão e a manutenção dessa modalidade de oferta;
- Proporcionar o acesso;
- Buscar vínculo com instituições que ofertam a modalidade;
- Distribuição desigual da oferta de cursos de educação profissional no território, com concentração da oferta em áreas urbanas e mais desenvolvidas;
- Falta de informação e orientação profissional;
- Falta de políticas de apoio ao estudante em situação vulnerável reduz o acesso e eleva o risco de evasão em cursos da modalidade EPT.



Prefeitura Municipal de Salvador do Sul
Secretaria Municipal de Educação
Estado do Rio Grande do Sul

**11) ACESSO, PERMANÊNCIA E CONCLUSÃO NA EDUCAÇÃO
PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA**

PROBLEMA: Acesso e permanência desiguais e insuficientes na educação profissional e tecnológica (EPT), especialmente entre as populações em situação de vulnerabilidade social, negras, indígenas, quilombolas, do campo, das águas e das florestas, de pessoas surdas e de pessoas com deficiência e transtornos globais de desenvolvimento.

ANÁLISE DESCRITIVA

O acesso à educação profissional e tecnológica (EPT) no Brasil tem evoluído ao longo dos anos, mas ainda enfrenta desafios significativos que impactam sua efetividade e abrangência. A educação técnica e tecnológica é oferecida em diversos níveis, incluindo cursos técnicos subsequentes ao ensino médio, cursos técnicos integrados e concomitantes ao ensino médio, bem como cursos de tecnologia em nível superior. Um dos problemas relacionados ao acesso à Educação Profissional e Tecnológica é o desequilíbrio entre o perfil esperado no mercado e a oferta de cursos de EPT.

É fundamental que a EPT prepare os jovens para as novas tecnologias e habilidades necessárias para a Indústria 4.0.

Apesar dos avanços da oferta nos últimos anos, o acesso à EPT ainda é limitado por fatores como a concentração geográfica de cursos em áreas urbanas, a falta de alinhamento entre os cursos oferecidos e as necessidades do mercado de trabalho local, bem como a persistente visão de que a educação técnica é menos prestigiosa que a educação básica de caráter propedêutico – o ensino superior de caráter acadêmico tradicional.



Prefeitura Municipal de Salvador do Sul
Secretaria Municipal de Educação
Estado do Rio Grande do Sul

ANÁLISE CAUSAL

O acesso à Educação Profissional e Tecnológica (EPT) é influenciado por diferentes fatores de ordem educacional, social, econômica e territorial. A oferta dessa modalidade depende da existência de instituições e cursos acessíveis aos estudantes, de propostas formativas articuladas às demandas do mundo do trabalho e de condições que possibilitem não apenas o ingresso, mas também a permanência e a conclusão dos cursos.

Entre os fatores que podem limitar a procura pela EPT está a percepção social construída historicamente sobre essa modalidade. Em alguns contextos, a educação profissional ainda pode ser vista como uma alternativa secundária em relação à formação acadêmica tradicional e ao ensino superior, o que influencia as escolhas realizadas pelos estudantes e suas famílias. O fortalecimento da divulgação das possibilidades oferecidas pela EPT e de suas relações com a formação profissional e a inserção no mundo do trabalho pode contribuir para ampliar o conhecimento sobre essa alternativa educacional.

Outro fator relevante é a articulação entre a formação ofertada e as características econômicas e profissionais do território. A existência de cursos que dialoguem com as demandas locais e regionais pode ampliar o interesse dos estudantes e favorecer a relação entre formação e oportunidades de trabalho. Para isso, é importante fortalecer a aproximação entre instituições de ensino, poder público, setor produtivo e comunidade, possibilitando que as propostas formativas considerem as transformações e necessidades do mundo do trabalho.

As condições socioeconômicas dos estudantes também podem constituir uma barreira importante para o acesso e, principalmente, para a permanência na EPT. Esse aspecto foi evidenciado na pesquisa realizada com a comunidade, na qual, ao



Prefeitura Municipal de Salvador do Sul
Secretaria Municipal de Educação
Estado do Rio Grande do Sul

serem questionados sobre “O que mais dificulta o acesso a um curso técnico/superior?”, os três fatores mais assinalados foram a distância, os custos relacionados à alimentação, transporte e materiais e os horários incompatíveis. Os resultados apontam, portanto, que as dificuldades de acesso não estão relacionadas somente à disponibilidade de vagas, mas também às condições concretas necessárias para que os estudantes possam frequentar e concluir uma formação.

Custos relacionados ao transporte, alimentação e materiais, assim como a necessidade de conciliar os estudos com o trabalho ou outras responsabilidades, podem dificultar a continuidade dos estudantes nos cursos. Da mesma forma, horários que não se adequem à rotina dos estudantes podem limitar as possibilidades de ingresso e permanência. Nesse sentido, políticas de apoio e estratégias que considerem as diferentes condições dos estudantes são importantes para reduzir situações de evasão e ampliar as possibilidades de conclusão.

As características territoriais também devem ser consideradas, especialmente em municípios de menor porte, nos quais a oferta de cursos pode ser mais restrita e exigir deslocamento dos estudantes para outros municípios. Nesse contexto, a distância, apontada pela comunidade como uma das principais dificuldades de acesso, evidencia a importância de considerar a localização das instituições ofertantes e as condições de deslocamento dos estudantes. A dependência de transporte público ou escolar, associada aos custos envolvidos e aos horários dos cursos, pode representar um obstáculo adicional para aqueles que buscam qualificação profissional.

A percepção da comunidade sobre a própria disponibilidade de cursos técnicos no município reforça esse cenário. Quando questionados se consideram que existem oportunidades suficientes de cursos técnicos em seu município, 44,3% responderam que não e 35,7% consideraram que existem parcialmente, enquanto apenas 11% avaliaram que existem oportunidades suficientes e 9% não souberam opinar. Dessa forma, a maioria dos participantes percebe a oferta existente como insuficiente ou



Prefeitura Municipal de Salvador do Sul
Secretaria Municipal de Educação
Estado do Rio Grande do Sul

parcial, indicando uma demanda por ampliação das oportunidades de formação técnica.

Além da quantidade de oportunidades disponíveis, é importante considerar a adequação dos cursos às necessidades da população. Na pergunta sobre se a oferta de cursos técnicos no município atende às necessidades dos munícipes, 40% avaliaram que atende parcialmente e 38,4% responderam que não atende, enquanto 10,2% consideraram que atende e 11,4% não souberam opinar. Os resultados indicam uma percepção predominantemente de atendimento parcial ou insuficiente, reforçando a importância de analisar não apenas a existência de cursos, mas também sua diversidade, pertinência e relação com as demandas educacionais, profissionais e econômicas do município e da região.

Outro aspecto relevante identificado pela pesquisa refere-se ao conhecimento da população sobre programas de acesso e permanência no ensino superior, como bolsas de estudo, financiamentos e programas governamentais. Quando questionados se conhecem essas possibilidades, 52,2% dos participantes responderam que não, enquanto 47,8% responderam que sim. O resultado demonstra que uma parcela expressiva da comunidade ainda não possui conhecimento sobre os mecanismos de apoio existentes para viabilizar ou favorecer a continuidade dos estudos, o que evidencia a importância de ampliar a divulgação e a orientação sobre bolsas, financiamentos e demais programas de acesso e permanência. O acesso à informação constitui, nesse sentido, um elemento importante para que os estudantes possam conhecer e buscar as oportunidades disponíveis.

Esses dados apontam para a necessidade de fortalecer a articulação entre o município, instituições de Educação Profissional e Tecnológica, instituições de ensino superior, setor produtivo e comunidade, buscando identificar áreas de formação de interesse da população e que apresentem relação com as características e necessidades do território. A ampliação ou diversificação da oferta, quando possível, aliada à busca por alternativas que reduzam as barreiras de deslocamento, custos e



Prefeitura Municipal de Salvador do Sul
Secretaria Municipal de Educação
Estado do Rio Grande do Sul

incompatibilidade de horários, bem como ao fortalecimento da divulgação dos programas de apoio existentes, pode favorecer o acesso de diferentes públicos à formação profissional e superior.

Dessa forma, o acesso à Educação Profissional e Tecnológica não depende exclusivamente da existência de vagas, mas da articulação entre oferta, localização, diversidade de cursos, adequação às demandas do território, condições socioeconômicas, acesso à informação e apoio à permanência dos estudantes. Os dados obtidos junto à comunidade reforçam a necessidade de considerar esses diferentes aspectos na construção de estratégias para ampliar o acesso à formação técnica e superior. Para Salvador do Sul, o fortalecimento da articulação com instituições de EPT e com os diferentes setores da comunidade pode contribuir para ampliar as oportunidades de formação profissional dos estudantes, considerando as barreiras identificadas e aproximando a educação das perspectivas de desenvolvimento pessoal, social e profissional no município e na região.

CAUSAS CRÍTICAS

- Baixo investimentos em educação profissional e tecnológica limita a expansão e a manutenção dessa modalidade de oferta;
- Baixa valorização social da educação profissional que desencoraja estudantes e suas famílias a optarem por essa modalidade de ensino;
- Desalinhamento da oferta de EPT com as necessidades locais e regionais do mercado de trabalho, o que reduz o interesse dos estudantes pelos cursos disponíveis;
- Distribuição desigual da oferta de cursos de educação profissional no território, com concentração da oferta em áreas urbanas e mais desenvolvidas;
- Pouca integração da oferta de EPT com o ensino médio;



Prefeitura Municipal de Salvador do Sul

Secretaria Municipal de Educação

Estado do Rio Grande do Sul

- Falta de informação e orientação profissional, já que, muitas vezes, os potenciais estudantes da EPT, especialmente aqueles de grupos em situação de vulnerabilidade, não têm acesso à orientação adequada sobre as opções disponíveis, o que pode prejudicar suas escolhas;
- A falta de políticas de apoio ao estudante em situação de vulnerabilidade reduz o acesso e eleva o risco de evasão em cursos da modalidade EPT;
- Contrapartida do auxílio transporte;
- Criar vínculo com jovem aprendiz.

12) QUALIDADE DA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA

PROBLEMA: A educação profissional e tecnológica enfrenta desafios quanto à qualidade nas condições de ofertas e quanto à aprendizagem dos saberes adequados ao mundo do trabalho em rápida transformação.

ANÁLISE DESCRITIVA

A Educação Profissional e Tecnológica (EPT) desempenha um papel crucial no desenvolvimento econômico e social, visto que prepara os jovens para o mundo do trabalho através de uma formação técnica alinhada com as necessidades industriais e comerciais. Contudo, apesar de sua importância estratégica, a EPT enfrenta desafios significativos em termos de qualidade e alinhamento com a demanda do mercado de trabalho.

A qualidade da EPT é influenciada por diversos fatores, que incluem a infraestrutura das instituições, a qualificação dos professores, a relevância dos currículos e a metodologia de ensino. Instituições como os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia são exemplos de excelência, visto que oferecem



Prefeitura Municipal de Salvador do Sul
Secretaria Municipal de Educação
Estado do Rio Grande do Sul

cursos bem equipados e corpo docente altamente qualificado. Estes institutos não apenas proporcionam uma educação robusta, mas, também, incentivam a pesquisa aplicada e a inovação, criando um ambiente rico para o desenvolvimento de habilidades práticas e teóricas. O alinhamento entre os cursos oferecidos pela EPT e as demandas do mundo do trabalho é fundamental para a eficácia desse tipo de educação. Idealmente, os cursos devem ser planejados com base em estudos de mercado e em parcerias com o setor produtivo, a fim de garantir que os currículos estejam atualizados com as tecnologias emergentes e as novas práticas de mercado. Contudo, há um descompasso frequente entre as habilidades ensinadas e as necessidades reais das indústrias e dos serviços locais. Em muitos casos, os cursos oferecidos são baseados em modelos ultrapassados ou não levam em consideração as particularidades econômicas da região onde as instituições estão inseridas.

Esse desalinhamento pode ser atribuído à falta de comunicação efetiva entre as escolas técnicas e as empresas locais, bem como à rigidez dos currículos, que dificulta a rápida adaptação às mudanças do mercado.

Para melhorar a qualidade e o alinhamento da EPT com o mercado de trabalho, é essencial que haja um investimento contínuo na modernização das instalações e na formação de professores, além da implementação de políticas públicas que fomentem a integração entre as instituições de ensino e o setor produtivo. Programas de estágio e treinamento prático devem ser expandidos, e os currículos precisam ser constantemente revisados e atualizados.

De outro lado, o engajamento e o apoio do setor produtivo é chave para uma avaliação eficaz da EPT. O rápido desenvolvimento tecnológico e as mudanças nas demandas do mercado de trabalho exigem que os currículos sejam constantemente atualizados. Avaliar como as instituições respondem a essas mudanças é complexo, mas essencial para garantir a relevância e a eficácia da formação oferecida. Isso requer uma colaboração contínua entre as escolas de formação técnica e as



Prefeitura Municipal de Salvador do Sul
Secretaria Municipal de Educação
Estado do Rio Grande do Sul

empresas, o que nem sempre é fácil de alcançar devido a interesses divergentes ou falta de comunicação efetiva.

ANÁLISE CAUSAL

Os desafios da Educação Profissional e Tecnológica estão relacionados principalmente à oferta limitada e pouco diversificada de cursos, à insuficiente articulação entre as instituições de ensino e o setor produtivo e à necessidade de atualização dos currículos, equipamentos e metodologias diante das rápidas transformações do mundo do trabalho.

Também contribuem para esse cenário as dificuldades de acesso, permanência e conclusão dos estudantes, especialmente em razão de deslocamento, horários e necessidade de conciliar estudo e trabalho. A ausência de mecanismos permanentes para identificar as demandas profissionais locais e regionais pode ainda dificultar o alinhamento da formação às oportunidades existentes no território.

Assim, torna-se necessário fortalecer a articulação entre educação, poder público e setor produtivo, ampliar as oportunidades de formação prática e adequar a oferta às demandas do município e da região.

CAUSAS CRÍTICAS

- A inexistência de padrões de qualidade da oferta pactuados e integradores do sistema de educação profissional e tecnológica que gerem os referenciais para a avaliação e o aperfeiçoamento contínuo do sistema de oferta pública e privada;



Prefeitura Municipal de Salvador do Sul

Secretaria Municipal de Educação

Estado do Rio Grande do Sul

- Infraestrutura inadequada e insuficiente na rede de oferta de EPT, com muitas instituições de ensino sem instalações modernas e equipamentos atualizados;
- A tendência de se concentrar a oferta de EPT em alguns cursos de baixo custo, o que limita as escolhas dos estudantes e prejudica a correspondência entre oferta e demanda em determinado território;
- A qualificação dos professores, muitas vezes, não acompanha as demandas tecnológicas e metodológicas contemporâneas, especialmente em áreas tecnologicamente avançadas;
- Parcerias com as instituições;
- A falta de diálogo e de integração da EPT com o setor produtivo.
- Os currículos no âmbito da EPT são elaborados exclusivamente pelos profissionais das instituições de ensino, sem o diálogo com os atores do mundo do trabalho.
- A tendência de se concentrar a oferta de EPT em alguns cursos de baixo custo, o que limita as escolhas dos estudantes e prejudica a correspondência entre oferta e demanda em determinado território.
- A resistência à mudança em um mundo onde ela é a tônica, o que coloca as instituições de ensino e o setor produtivo em dissonância com as transformações do mundo corporativo e do trabalho.

13) ACESSO, PERMANÊNCIA E CONCLUSÃO NA GRADUAÇÃO

PROBLEMA: Baixo percentual da população com graduação completa, com ênfase nas elevadas desigualdades regionais, sociais, étnico-raciais, de sexo, linguísticas, situações de deficiência e suas interseccionalidades no acesso, na permanência e na conclusão da graduação.



Prefeitura Municipal de Salvador do Sul
Secretaria Municipal de Educação
Estado do Rio Grande do Sul

ANÁLISE DESCRITIVA

A ampliação do acesso à educação superior constitui um importante fator para o desenvolvimento social e econômico, contribuindo para a qualificação profissional, a ampliação das oportunidades de trabalho e a melhoria da qualidade de vida da população. No contexto de Salvador do Sul, a formação em nível superior também assume relevância diante das transformações do mundo do trabalho e da necessidade de profissionais qualificados para atender às demandas do município e da região.

Embora o Brasil tenha apresentado avanços na escolarização superior nas últimas décadas, o acesso ainda permanece desigual. Em 2023, apenas 19,7% da população brasileira com 25 anos ou mais havia concluído um curso de graduação, evidenciando que uma parcela significativa da população ainda não alcançou esse nível de escolaridade.

Para Salvador do Sul, é importante considerar que o acesso à graduação não se limita à existência de vagas ou ao ingresso em uma instituição de ensino superior. A permanência e a conclusão do curso também são aspectos fundamentais, especialmente diante de fatores como condições econômicas, deslocamento para outros municípios, conciliação entre estudo e trabalho e disponibilidade de cursos compatíveis com os interesses dos estudantes.

Nesse sentido, a realidade municipal deve ser analisada considerando as possibilidades de acesso ao ensino superior existentes em Salvador do Sul e nos municípios próximos, bem como as condições que favorecem a continuidade dos estudos após a conclusão da educação básica. A presença de jovens e adultos com diferentes trajetórias escolares reforça a importância de políticas que estimulem a continuidade da formação e ampliem as oportunidades de qualificação profissional.



Prefeitura Municipal de Salvador do Sul
Secretaria Municipal de Educação
Estado do Rio Grande do Sul

A elevação da escolaridade da população de Salvador do Sul pode contribuir não apenas para melhores oportunidades individuais de inserção profissional e mobilidade social, mas também para o fortalecimento do desenvolvimento econômico e social do município. Dessa forma, ampliar as condições de acesso, permanência e conclusão na educação superior constitui um desafio relevante para a garantia do direito à educação ao longo da vida e para a formação de uma população cada vez mais qualificada.

ANÁLISE CAUSAL

A baixa participação da população jovem no ensino superior e o reduzido número de pessoas com graduação completa em Salvador do Sul podem estar relacionados a diferentes fatores que se acumulam ao longo da trajetória educacional. Embora o município apresente acesso consolidado à educação básica, a continuidade dos estudos após o ensino médio depende de condições que vão além da conclusão dessa etapa. Os dados obtidos por meio do questionário realizado com a comunidade reforçam esse cenário: quando questionados sobre sua relação com o ensino superior, 73,7% dos participantes declararam não possuir graduação nem estar cursando um curso superior, enquanto 10,6% estavam cursando presencialmente, 11,4% na modalidade a distância (EAD) e 4,3% declararam cursar ou ter cursado ambas as modalidades. Entre os participantes que frequentaram o ensino superior, 35,3% indicaram ter estudado em instituição privada, 5,1% em instituição pública e 2,7% em ambas.

Entre as causas críticas, destaca-se a ocorrência de trajetórias escolares irregulares, marcadas por reprovação, abandono e defasagem idade-série. Essas situações podem reduzir as possibilidades de continuidade dos estudos e fazer com que parte dos jovens conclua a educação básica mais tarde ou deixe de prosseguir para a graduação. Dessa forma, a garantia de trajetórias escolares regulares desde



Prefeitura Municipal de Salvador do Sul
Secretaria Municipal de Educação
Estado do Rio Grande do Sul

os anos finais do ensino fundamental constitui uma condição importante para ampliar, posteriormente, o acesso ao ensino superior.

Outro fator relevante está relacionado à necessidade de deslocamento para outros municípios para frequentar cursos de graduação. A oferta de cursos presenciais e de diferentes áreas de formação é limitada em municípios de pequeno porte, fazendo com que muitos jovens precisem se deslocar diariamente ou mudar de município para estudar. Essa realidade foi evidenciada na pesquisa realizada com a comunidade, na qual, ao serem questionados sobre “Na sua opinião, quais são os principais obstáculos para ingressar em uma graduação?”, os três fatores mais assinalados foram as condições financeiras, a distância das instituições de ensino e a necessidade de trabalhar. Os resultados reforçam que as barreiras de acesso estão relacionadas tanto às condições econômicas das famílias quanto às características territoriais do município e às condições de vida dos estudantes.

As condições financeiras, apontadas como o principal obstáculo pela comunidade, podem estar associadas aos custos envolvidos na continuidade dos estudos, como transporte, alimentação, materiais, mensalidades e, em alguns casos, moradia. Para aqueles que precisam se deslocar diariamente ou permanecer em outro município, essas despesas podem representar um fator significativo para a decisão de ingressar ou não em um curso de graduação.

A própria pesquisa também permite observar quais aspectos são considerados mais importantes pela comunidade no momento da escolha de uma instituição de ensino superior. Quando questionados sobre “O que você considera mais importante ao escolher uma faculdade?”, 49% indicaram a qualidade do ensino, 16,5% apontaram o valor das mensalidades e 11% destacaram a modalidade de ensino, presencial ou a distância. Esses dados demonstram que, além das condições de acesso, a percepção sobre a qualidade da formação, os custos e a modalidade ofertada são elementos considerados nas decisões relacionadas à continuidade dos estudos.



Prefeitura Municipal de Salvador do Sul
Secretaria Municipal de Educação
Estado do Rio Grande do Sul

Também merece destaque a necessidade de conciliar trabalho e estudos, igualmente apontada entre os principais obstáculos na pesquisa. Para parte dos jovens e adultos do município, o ingresso no mercado de trabalho ocorre antes ou durante a formação superior, fazendo com que a rotina profissional, os horários dos cursos e os deslocamentos possam dificultar o ingresso, a permanência e a conclusão da graduação. Nesse contexto, a necessidade de trabalhar pode limitar as possibilidades de escolha dos cursos e das instituições, especialmente quando estes não oferecem horários compatíveis com a jornada profissional.

As dificuldades de aprendizagem acumuladas ao longo da educação básica também podem repercutir no ingresso e na permanência no ensino superior. Estudantes que chegam à graduação com lacunas em conhecimentos fundamentais podem apresentar maiores dificuldades de adaptação à autonomia, à organização dos estudos e às exigências acadêmicas, aumentando o risco de interrupção do curso.

Além disso, a escolha profissional e o conhecimento sobre as possibilidades de acesso ao ensino superior podem influenciar as decisões dos jovens. A falta de informações sobre cursos, instituições, formas de ingresso, bolsas, financiamentos e oportunidades de permanência pode limitar a busca por uma formação superior, especialmente entre estudantes que não possuem em seu círculo familiar referências de pessoas com experiência universitária. Nesse sentido, a ampliação do acesso à informação e a orientação dos estudantes sobre as diferentes possibilidades de formação podem contribuir para que conheçam alternativas compatíveis com seus interesses e condições.

Apesar dos obstáculos identificados, a pesquisa também demonstra a existência de interesse de parte da comunidade em continuar sua formação acadêmica. Ao serem questionados “Você pretende continuar investindo em sua formação acadêmica?”, 37,6% responderam que sim, enquanto 29% responderam talvez e 12,9% afirmaram que não. O percentual de participantes que manifesta



Prefeitura Municipal de Salvador do Sul
Secretaria Municipal de Educação
Estado do Rio Grande do Sul

intenção ou possibilidade de continuar estudando evidencia a existência de uma demanda potencial por oportunidades de formação, sendo importante considerar as condições que podem favorecer a concretização desse interesse.

Assim, no contexto de Salvador do Sul, a baixa participação no ensino superior deve ser compreendida como resultado de um conjunto de fatores relacionados à trajetória escolar, às condições econômicas, à distância das instituições de ensino, à necessidade de conciliar trabalho e estudo, à modalidade de ensino e ao acesso à informação. Os resultados da pesquisa realizada com a comunidade reforçam a importância de considerar essas diferentes dimensões na elaboração de estratégias voltadas à ampliação das oportunidades educacionais.

O enfrentamento dessas causas requer ações articuladas desde a educação básica, com atenção à prevenção do abandono e da reprovação, ao fortalecimento das aprendizagens e à orientação dos estudantes sobre as possibilidades de continuidade dos estudos. Também se mostra relevante ampliar a divulgação de programas de acesso e permanência, considerando que 52,2% dos participantes da pesquisa afirmaram não conhecer programas como bolsas de estudo, financiamentos ou programas governamentais, enquanto 47,8% declararam conhecê-los. A disseminação dessas informações pode contribuir para que mais estudantes conheçam as alternativas disponíveis para viabilizar sua formação.

Nesse sentido, ampliar as oportunidades de acesso e permanência no ensino superior, considerando diferentes modalidades, condições econômicas, deslocamento, horários e acesso à informação, pode contribuir para elevar a escolaridade da população de Salvador do Sul, fortalecer a qualificação profissional dos jovens e adultos e favorecer o desenvolvimento social e econômico do município.

CAUSAS CRÍTICAS

- Ampliar o repasse do auxílio transporte;



Prefeitura Municipal de Salvador do Sul
Secretaria Municipal de Educação
Estado do Rio Grande do Sul

- Visitações às universidades;
- Vínculo com ensino superior na mostra científica;
- Desenvolver ações no ensino fundamental;
- As barreiras para a conclusão da educação básica que impedem o acesso à educação superior;
- Estudantes, por necessidade de ingresso no mercado de trabalho, têm dificuldade de acompanhar, com rendimento satisfatório, os cursos e paralisam os estudos até chegarem à evasão;
- As defasagens de aprendizagem com que os alunos ingressam no ensino superior;
- A oferta desigual de vagas de ensino superior no território nacional;
- A baixa eficiência do sistema de educação superior;
- A falta de interesse dos estudantes em continuar os estudos, diante dos custos e da falta de perspectiva de retorno profissional e financeiro;
- A falta de informação sobre os benefícios da graduação para o crescimento profissional e financeiro.

14) QUALIDADE DA GRADUAÇÃO

PROBLEMA: Baixa qualidade de parte dos cursos e de instituições da educação superior (IES) na graduação.

ANÁLISE DESCRITIVA

A qualidade da educação superior constitui um desafio relevante no cenário brasileiro, especialmente diante da expressiva expansão das matrículas nos cursos



Prefeitura Municipal de Salvador do Sul
Secretaria Municipal de Educação
Estado do Rio Grande do Sul

de graduação nas últimas décadas. Embora essa expansão tenha ampliado as possibilidades de acesso ao ensino superior, ela ocorreu predominantemente no setor privado.

Esse processo de expansão foi acompanhado pelo crescimento significativo da Educação a Distância (EAD), especialmente no setor privado, contribuindo para a concentração das matrículas em um número reduzido de instituições. Embora a EAD amplie o acesso e possibilite maior flexibilidade aos estudantes, a qualidade da formação depende de condições adequadas de oferta, incluindo acompanhamento pedagógico, qualificação docente, infraestrutura, atividades práticas, estágios, extensão e recursos educacionais.

Outro aspecto que merece atenção é a relação entre o crescimento das matrículas e as condições de trabalho e oferta dos cursos. Também são apontadas fragilidades relacionadas à diversificação das atividades acadêmicas, à utilização de materiais didáticos padronizados e à infraestrutura de polos, especialmente para o desenvolvimento de atividades presenciais, estágios e extensão.

Para Salvador do Sul, a oferta de educação superior ocorre por meio de instituições localizadas em municípios próximos, além da possibilidade de realização de cursos na modalidade a distância. Nesse cenário, a ampliação do acesso ao ensino superior precisa estar acompanhada da preocupação com a qualidade da formação ofertada, considerando sua relação com a formação de profissionais, com o desenvolvimento do município e com as demandas do mundo do trabalho.

Assim, o desafio municipal não se limita à ampliação do acesso à graduação, mas envolve também o acompanhamento das condições de oferta e da qualidade dos cursos frequentados pela população, buscando favorecer trajetórias formativas que contribuam efetivamente para o desenvolvimento pessoal, profissional e social dos estudantes.

ANÁLISE CAUSAL



Prefeitura Municipal de Salvador do Sul
Secretaria Municipal de Educação
Estado do Rio Grande do Sul

Os pontos críticos que levam aos problemas observados na qualidade dos cursos estão relacionados às políticas e às ações estruturais que interferem na organização e nas dinâmicas de funcionamento da educação superior com foco na qualidade. Entre as causas críticas, destaca-se a estagnação ou retração de investimentos no segmento público, em especial nas instituições federais e estaduais. Particularmente no que se refere à educação a distância, a análise da legislação brasileira permite indicar três grandes etapas na evolução do marco regulatório e na abordagem dada à questão da qualidade no arcabouço normativo.

A primeira etapa, de 1996 a 2004, inicia com a promulgação da LDB e vai até a instituição do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (Sinaes) e do sistema de informação sobre avaliação de instituições e cursos. Essa primeira etapa tratou da estruturação de um sistema regulatório, com marcos normativos, procedimentos e competências para avaliação. Com relação à qualidade, ressalta-se a instituição do Sinaes, que, em sua estrutura, englobou como mecanismos de verificação a avaliação institucional (in loco), a avaliação dos cursos de graduação (in loco) e o Exame Nacional de Desempenho de Estudantes (Enade), que substituiu o Provão. A avaliação institucional inclui a autoavaliação feita pela própria IES por meio da Comissão Própria de Avaliação (CPA), bem como a avaliação externa, realizada por comissões designadas pelo Inep. O Enade, realizado em ciclos de três anos por área do conhecimento, fornece indicadores de desempenhos dos estudantes e sua percepção sobre as condições de funcionamento dos respectivos cursos de graduação.

Com base no histórico da educação superior brasileira, verificam-se que os critérios e indicadores adotados pelo Sinaes nos mecanismos de avaliação institucional e de cursos tratam, predominantemente, dos padrões da oferta pela modalidade presencial, com foco mais voltado para a capacidade de oferta do que para a sua qualidade, desconsiderando as especificidades da graduação EAD. Essa



Prefeitura Municipal de Salvador do Sul
Secretaria Municipal de Educação
Estado do Rio Grande do Sul

segunda causa crítica torna necessária a discussão e a inclusão de parâmetros relativos à capacidade e à qualidade da oferta de cursos de graduação na modalidade à distância.

A segunda etapa compreende o período de 2005 a 2016, com avanços no sistema multirregulado da educação superior a distância. A publicação do Decreto n.º 5.622/2005 é um marco na compreensão de educação a distância, ao tratá-la como modalidade educacional, bem como nas competências para a regulação, supervisão e avaliação, com o avanço na definição de responsabilidades do Ministério da Educação (atos autorizativos), do Inep (avaliação) e do Conselho Nacional de Educação (diretrizes curriculares nacionais).

Em termos de qualidade de oferta de cursos superiores a distância, o Decreto n.º 5.622/2005 estabeleceu a necessidade de elaboração dos Referenciais de Qualidade para a Educação a Distância. Em 2007, a então Secretaria de Educação a Distância, do Ministério da Educação, apresentou documento com os Referenciais de Qualidade da Educação Superior a Distância, desenvolvido por comissão específica sob sua coordenação. Entretanto, não foram localizadas vinculações entre esses referenciais e os atos normativos publicados a partir de sua elaboração, o que mantém a compreensão de qualidade pelos mecanismos de avaliação implementados pelo Inep no âmbito do Sinaes. Sem força de lei, os referenciais de qualidade não foram revogados. Observa-se que os critérios de qualidade nele contidos, apesar de muito bem estruturados e descritos, tomaram como referência os padrões tecnológicos e de infraestrutura das instituições e dos cursos à época de sua elaboração. Uma nova compreensão foi necessária, devido às mudanças ocorridas nos padrões de oferta, em especial sua expansão diversificada, aos avanços com a utilização das novas Tecnologias Digitais da Informação e Comunicação (TDIC) na educação, às possibilidades apontadas pela utilização da inteligência artificial nos processos de ensino-aprendizagem, à experiência acumulada com o ensino remoto e à virtualização dos processos de gestão das instituições e dos cursos, durante o



Prefeitura Municipal de Salvador do Sul
Secretaria Municipal de Educação
Estado do Rio Grande do Sul

período do isolamento social como medida necessária ao controle da pandemia de Covid-19.

A terceira etapa da regulação de cursos na modalidade EAD tem início em 2017 com a publicação do Decreto n.º 9.057. É um período de flexibilização de regras e procedimentos que integram o marco regulatório (Lima; Alonso; Haas, 2019). Houve impactos que favoreceram o crescimento de cursos, vagas e matrículas para a modalidade EAD, o que aprofundou a heterogeneidade e a complexidade interna que caracterizam a educação superior brasileira. Esse processo intensificado de substituição da oferta de graduação na modalidade presencial pela modalidade EAD na rede privada foi identificado com uma das causas críticas da baixa qualidade de parte dos cursos das IES.

CAUSAS CRÍTICAS

- A estagnação ou retração de investimentos no segmento público, em especial nas instituições federais e estaduais de educação superior;
- Processo intensificado de substituição da oferta de graduação na modalidade EAD na rede privada;
- Os critérios e indicadores adotados pelo Sinaes nos mecanismos de avaliação institucional e de cursos tratam, predominantemente, dos padrões da oferta pela modalidade presencial, com foco mais voltado para a capacidade de oferta do que para a sua qualidade, desconsiderando as especificidades da graduação EAD;
- Os atuais critérios utilizados no Sinaes são insuficientes para avaliar a qualidade dos cursos de graduação;
- Consolidar ações de vínculo com instituições de ensino superior, priorizando o atendimento presencial;



Prefeitura Municipal de Salvador do Sul
Secretaria Municipal de Educação
Estado do Rio Grande do Sul

15) PÓS-GRADUAÇÃO STRICTO SENSU

PROBLEMA: Baixo percentual de mestres e doutores na população, com desigualdades regionais, sociais, étnico-raciais, linguísticas e de sexo no acesso, na permanência e na conclusão da pós-graduação stricto sensu.

ANÁLISE DESCRITIVA

A pós-graduação stricto sensu, compreendida pelos cursos de mestrado e doutorado, desempenha papel estratégico na formação de pesquisadores, docentes e profissionais altamente qualificados, contribuindo para a produção de conhecimento, a inovação e o desenvolvimento científico, tecnológico, econômico e social. A ampliação do acesso a essa formação constitui, portanto, um importante elemento para o fortalecimento da educação e para a qualificação dos profissionais que atuam em diferentes áreas da sociedade.

Apesar dos avanços observados na expansão da pós-graduação brasileira, o acesso e a conclusão dos cursos de mestrado e doutorado ainda são marcados por desigualdades relacionadas às condições socioeconômicas, à localização territorial e à disponibilidade de instituições e programas. Essas diferenças podem limitar as oportunidades de continuidade da formação acadêmica, especialmente para pessoas que residem em municípios onde não há oferta local de programas stricto sensu.

Para a realidade de Salvador do Sul, a análise da pós-graduação deve considerar principalmente as oportunidades disponíveis aos profissionais e à população do município e sua articulação com instituições de ensino superior da região. A necessidade de deslocamento ou de mudança de município, a compatibilização entre trabalho e estudos, os custos envolvidos e a disponibilidade de cursos compatíveis com as áreas de interesse podem constituir barreiras para



Prefeitura Municipal de Salvador do Sul
Secretaria Municipal de Educação
Estado do Rio Grande do Sul

aqueles que desejam ingressar ou permanecer em programas de mestrado e doutorado.

Outro aspecto relevante é a qualificação dos profissionais da educação. A ampliação da formação em nível de pós-graduação *stricto sensu* pode contribuir para o fortalecimento da prática pedagógica, da pesquisa e da produção de conhecimentos relacionados às necessidades educacionais locais. Nesse sentido, iniciativas de incentivo à formação continuada e de articulação com instituições de ensino superior podem ampliar as possibilidades de qualificação dos profissionais do município.

A pandemia de Covid-19 também produziu impactos sobre a pós-graduação, afetando processos seletivos, atividades acadêmicas e o desenvolvimento de pesquisas, especialmente aquelas dependentes de atividades presenciais. Embora parte dessas dificuldades tenha sido posteriormente superada, seus efeitos reforçaram a importância de políticas que favoreçam a continuidade e a permanência dos estudantes nos programas de pós-graduação.

Assim, a ampliação do acesso à pós-graduação *stricto sensu* envolve não apenas a existência de vagas, mas também a superação de barreiras territoriais, econômicas e profissionais que dificultam o ingresso e a conclusão. Para Salvador do Sul, o fortalecimento das parcerias e articulações com instituições de ensino superior da região, bem como a criação de condições que incentivem a qualificação dos profissionais, pode contribuir para ampliar as oportunidades de formação em nível de mestrado e doutorado e, conseqüentemente, para o desenvolvimento educacional e social do município.

ANÁLISE CAUSAL

A pós-graduação *stricto sensu*, composta pelos cursos de mestrado e doutorado, apresenta importante papel na formação de pesquisadores e profissionais altamente qualificados. No contexto de Salvador do Sul, o acesso a esse nível de



Prefeitura Municipal de Salvador do Sul
Secretaria Municipal de Educação
Estado do Rio Grande do Sul

formação ainda pode ser impactado pela menor oferta de cursos na região, pela necessidade de deslocamento para outros municípios e pelos custos relacionados à formação. Esses fatores podem dificultar o ingresso e a permanência da população em cursos de mestrado e doutorado, contribuindo para a baixa proporção de mestres e doutores no município.

Os dados obtidos por meio do questionário realizado com a comunidade reforçam esse cenário. Quando questionados sobre a realização de pós-graduação, 80% dos participantes afirmaram não possuir esse nível de formação, enquanto 7,5% declararam possuir ou estar cursando pós-graduação na modalidade presencial, 9,8% na modalidade a distância (EAD) e 2,7% indicaram ambas as modalidades. Os resultados evidenciam uma participação ainda reduzida da população pesquisada em cursos de pós-graduação, especialmente quando comparada à parcela que não possui essa formação.

Em relação ao tipo de instituição frequentada, entre os participantes que responderam à questão sobre a instituição de realização da pós-graduação, 18% indicaram universidade privada e 2,5% universidade pública, enquanto 79,5% assinalaram que a questão não se aplicava, resultado compatível com o elevado percentual de participantes que declarou não possuir pós-graduação. Esses dados também permitem observar a presença predominante da formação em instituições privadas entre aqueles que realizaram ou realizam esse nível de ensino.

Além disso, questões socioeconômicas podem ampliar as desigualdades de acesso, tornando necessário considerar os custos envolvidos, a disponibilidade de cursos, as possibilidades de deslocamento e a conciliação entre formação, trabalho e demais responsabilidades. A modalidade EAD pode representar uma alternativa para parte da população, especialmente diante das limitações territoriais e da necessidade de conciliar os estudos com a vida profissional, embora o acesso à pós-graduação também dependa de condições financeiras, disponibilidade de tempo e oferta de cursos compatíveis com os interesses dos estudantes.



Prefeitura Municipal de Salvador do Sul
Secretaria Municipal de Educação
Estado do Rio Grande do Sul

Dessa forma, a ampliação das oportunidades de acesso à pós-graduação stricto sensu e a outros níveis de formação continuada pode contribuir para elevar a escolaridade da população, fortalecer a qualificação profissional e ampliar a presença de pesquisadores e profissionais altamente qualificados no município. Nesse sentido, torna-se importante acompanhar as demandas da população, divulgar oportunidades de formação e fortalecer a articulação com instituições de ensino superior, considerando alternativas presenciais e a distância que possam favorecer a continuidade dos estudos.

CAUSAS CRÍTICAS

- As dificuldades de acesso de potenciais pós-graduandos a cursos de mestrado e doutorado;
- A pouca aderência dos cursos de mestrado e doutorado às necessidades da sociedade e do mercado de trabalho;
- A falta de cultura e de tradição das empresas dos setores industriais e de serviços no emprego de mestres e doutores nas áreas de pesquisa, de desenvolvimento e de inovação;
- A baixa efetividade das políticas de ações afirmativas implementadas nos programas de pós-graduação;
- Carência de informações e de monitoramento regular do sistema de pós-graduação acerca das questões de equidade de acesso;
- Baixa atratividade da carreira científica para os potenciais jovens pesquisadores.

16)PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO BÁSICA

PROBLEMA: Desprofissionalização do magistério da educação básica.



Prefeitura Municipal de Salvador do Sul
Secretaria Municipal de Educação
Estado do Rio Grande do Sul

ANÁLISE DESCRITIVA

A valorização e a profissionalização dos profissionais ~~do magistério~~ da educação básica constituem elementos fundamentais para a garantia de uma educação pública de qualidade. A desprofissionalização docente está relacionada a fatores como remuneração inadequada, condições de trabalho, excesso de demandas, vínculos temporários, fragilidades nos planos de carreira e redução da autonomia profissional e do reconhecimento profissional, aspectos que podem comprometer a atratividade e a permanência na carreira docente.

Outro aspecto relevante é a formação dos professores. Embora a formação em nível superior seja amplamente consolidada na educação básica, ainda existem profissionais que atuam em componentes curriculares sem a formação específica correspondente, evidenciando a necessidade de fortalecer as políticas de formação inicial e continuada.

Em Salvador do Sul, a valorização dos profissionais da educação deve permanecer como uma prioridade no planejamento educacional, considerando a importância de assegurar condições adequadas de trabalho, formação continuada, remuneração compatível, carreira estruturada e reconhecimento profissional. Dessa forma, o fortalecimento das políticas de valorização docente contribui não apenas para a atratividade e permanência dos profissionais na rede, mas também para a melhoria da qualidade da educação ofertada aos estudantes.

ANÁLISE CAUSAL

A desprofissionalização dos profissionais da educação básica resulta de um conjunto de fatores estruturais que afetam a atratividade, a formação e a permanência dos profissionais na carreira docente. Entre as causas críticas, destaca-se a



Prefeitura Municipal de Salvador do Sul
Secretaria Municipal de Educação
Estado do Rio Grande do Sul

existência de planos de carreira pouco atrativos, reconhecimento profissional, associada a remunerações que nem sempre acompanham as responsabilidades e a complexidade do trabalho docente. Essas condições contribuem para a redução do interesse pela profissão e para dificuldades de permanência e valorização dos profissionais.

Outro fator relevante está relacionado à formação inicial de professores. A regulação e o acompanhamento da oferta de cursos de licenciatura, especialmente na modalidade de educação a distância, ainda apresentam desafios quanto à garantia da qualidade da formação. Em alguns cursos, observa-se pouca ênfase na articulação entre teoria e prática, na vivência do cotidiano escolar e no desenvolvimento das competências necessárias para o exercício da docência, o que pode resultar em profissionais que chegam à escola com formação insuficientemente conectada às demandas reais da sala de aula.

As condições de trabalho também constituem fator determinante. A intensificação das atividades, o excesso de demandas burocráticas e administrativas, a insuficiência de tempo para planejamento e formação, a sobrecarga de trabalho e a necessidade de responder a múltiplas demandas educacionais e sociais podem contribuir para o desgaste profissional e afetar a saúde e o bem-estar dos trabalhadores da educação. A precarização dos vínculos de trabalho, quando presente, pode ainda fragilizar a estabilidade, a continuidade das ações pedagógicas e a construção de uma carreira profissional.

Dessa forma, a desprofissionalização dos profissionais da educação básica é produzida pela combinação entre fragilidades na formação inicial, baixa atratividade e reconhecimento da carreira e condições de trabalho que nem sempre favorecem o desenvolvimento profissional. O enfrentamento dessas causas exige políticas articuladas de valorização, formação, carreira e melhoria das condições de trabalho, fortalecendo a identidade profissional docente e contribuindo para a qualidade da educação.



Prefeitura Municipal de Salvador do Sul
Secretaria Municipal de Educação
Estado do Rio Grande do Sul

CAUSAS CRÍTICAS

- Planos de carreira pouco atrativos ou com perspectivas limitadas de desenvolvimento e valorização profissional;
- Baixo vencimento inicial da carreira do docente e necessidade de assegurar remuneração compatível com a complexidade e as responsabilidades do trabalho;
- Precarização do trabalho docente com sobrecarga e intensificação das demandas, que afeta a saúde física e mental do profissional;
- Excesso demandas burocráticas e administrativas que reduzem o tempo destinado ao planejamento, à formação e ao trabalho pedagógico;
- Necessidade de fortalecer o reconhecimento social, institucional e profissional dos trabalhadores da educação básica;
- Baixa valorização dos profissionais da educação que atuam na gestão escolar;
- Oferta de vagas de licenciatura no ensino superior público e privado sem planejamento, em especial na modalidade a distância (prospecção da demanda potencial);
- Condições socioeconômicas que dificultam o ingresso e a permanência dos candidatos nos cursos de licenciatura;
- Regulação ineficaz dos cursos de formação inicial, especialmente na modalidade EAD;
- Baixa qualidade da formação inicial em razão da pouca ênfase na articulação entre teoria e prática nos cursos oferecidos;
- Predominância de iniciativas de formação continuada apartadas da prática pedagógica;



Prefeitura Municipal de Salvador do Sul
Secretaria Municipal de Educação
Estado do Rio Grande do Sul

- Ausência e fragilidade na regulação da pós-graduação lato sensu.

17) PARTICIPAÇÃO SOCIAL E GESTÃO DEMOCRÁTICA

PROBLEMA: Insuficiência e fragilidade da representação e da participação social no planejamento e na gestão educacional.

ANÁLISE DESCRITIVA

A participação social constitui um elemento fundamental para a construção de uma educação democrática, transparente e alinhada às necessidades da comunidade. No município, existem diferentes espaços e mecanismos destinados à participação da sociedade no planejamento, acompanhamento e gestão da educação, como os Conselhos Escolares, os Círculos de Pais e Mestres (CPM), os Grêmios Estudantis, o Fórum Municipal de Educação, o Conselho Municipal de Educação, o Conselho de Acompanhamento e Controle Social do FUNDEB e o Conselho de Alimentação Escolar. Esses espaços possibilitam a representação de diferentes segmentos da comunidade escolar e da sociedade civil na discussão de políticas educacionais, no acompanhamento da aplicação dos recursos públicos e na avaliação das ações desenvolvidas pela rede de ensino.

A gestão democrática também se relaciona aos processos de escolha dos gestores escolares. A realização de eleições de diretores por meio de edital e de critérios previamente estabelecidos contribui para ampliar a transparência e a participação da comunidade escolar na gestão das instituições de ensino. Da mesma forma, a atuação dos Grêmios Estudantis possibilita que os estudantes tenham voz ativa nas discussões relacionadas ao cotidiano escolar, fortalecendo o protagonismo juvenil e a formação para a cidadania.



Prefeitura Municipal de Salvador do Sul
Secretaria Municipal de Educação
Estado do Rio Grande do Sul

Apesar da existência desses mecanismos, permanece o desafio de garantir uma participação social efetiva, contínua e qualificada, de modo que os espaços colegiados não se restrinjam ao cumprimento de atribuições formais, mas constituam ambientes permanentes de diálogo, deliberação, acompanhamento e construção coletiva das políticas educacionais. O fortalecimento da participação de famílias, estudantes, profissionais da educação e comunidade nos Conselhos, CPMs, Grêmios, Fórum Municipal de Educação e demais instâncias de controle social é fundamental para ampliar a transparência, a corresponsabilidade e a legitimidade das decisões educacionais. Nesse sentido, o município busca consolidar uma cultura de participação democrática, garantindo condições para que esses espaços sejam efetivamente representativos e contribuam para o planejamento, o acompanhamento e a melhoria da educação municipal.

ANÁLISE CAUSAL

A insuficiência e a fragilidade da participação social no planejamento e na gestão educacional estão relacionadas a diferentes fatores que limitam o envolvimento efetivo da comunidade nas decisões educacionais. Entre as principais causas, destaca-se a participação ainda limitada de famílias, estudantes, profissionais da educação e sociedade civil nos espaços de representação, muitas vezes em razão do desconhecimento sobre as atribuições dos órgãos colegiados e da importância de sua atuação.

Também contribuem para o problema a necessidade de fortalecer a formação e a capacitação dos integrantes dos Conselhos Escolares, CPMs, Grêmios Estudantis, Conselho Municipal de Educação, Conselho do FUNDEB, Conselho de Alimentação Escolar e Fórum Municipal de Educação, de modo que seus membros compreendam suas responsabilidades e possam exercer suas funções de maneira autônoma e qualificada. A baixa participação ou a dificuldade de renovação dos



Prefeitura Municipal de Salvador do Sul
Secretaria Municipal de Educação
Estado do Rio Grande do Sul

representantes também pode comprometer a diversidade e a representatividade desses espaços.

Outro fator relevante é a fragilidade da articulação entre as diferentes instâncias de participação e a gestão educacional. Quando as contribuições apresentadas pelos colegiados não são suficientemente incorporadas ao planejamento e à tomada de decisões, pode ocorrer uma percepção de que a participação possui caráter apenas formal, reduzindo o interesse da comunidade em participar. Da mesma forma, a ausência de estratégias permanentes de comunicação e divulgação das ações dos conselhos e demais instâncias pode limitar o conhecimento da população sobre seu funcionamento.

No âmbito da gestão escolar, embora a escolha de diretores por meio de edital e critérios definidos contribua para a transparência e a gestão democrática, é necessário garantir que os processos de participação da comunidade escolar estejam acompanhados de mecanismos efetivos de diálogo, acompanhamento e avaliação da gestão. Assim, o fortalecimento da participação social depende não apenas da existência formal dos espaços democráticos, mas de condições que assegurem representatividade, formação, autonomia, transparência, articulação e efetiva consideração das contribuições da comunidade no planejamento e na gestão educacional.

CAUSAS CRÍTICAS

- Baixa institucionalização das instâncias de participação (conselhos municipais, conselhos escolares, grêmios estudantis e conselhos de acompanhamento);
- O direito de participação de todos não é respeitado quando há segregação de grupos sociais minoritários.



Prefeitura Municipal de Salvador do Sul

Secretaria Municipal de Educação

Estado do Rio Grande do Sul

18) FINANCIAMENTO E INFRAESTRUTURA DA EDUCAÇÃO BÁSICA

PROBLEMA: Baixa qualidade e iniquidade nas condições de oferta da educação básica.

ANÁLISE DESCRITIVA

A desigualdade nas condições de oferta da educação básica pública constitui um desafio para a garantia do direito à educação com qualidade e equidade. As condições oferecidas pelas instituições de ensino abrangem não apenas a infraestrutura física, mas também a disponibilidade de equipamentos, recursos pedagógicos e tecnológicos, acessibilidade, transporte e alimentação escolar, espaços de convivência, práticas culturais e demais condições necessárias para o desenvolvimento integral dos estudantes.

No contexto de Salvador do Sul, a análise das condições de oferta da educação básica deve considerar as especificidades das diferentes etapas e modalidades de ensino e as características das instituições que compõem a rede educacional do município. Embora o município apresente uma rede de ensino estruturada e busque assegurar condições adequadas para o atendimento dos estudantes, podem existir diferenças entre as instituições quanto à infraestrutura, aos espaços pedagógicos, aos recursos tecnológicos, à acessibilidade e às condições materiais disponíveis para o desenvolvimento das atividades educacionais.

A infraestrutura escolar possui papel fundamental na qualidade da educação, uma vez que ambientes adequados, seguros, acessíveis e equipados favorecem a aprendizagem, a convivência e o desenvolvimento dos estudantes. Nesse sentido, aspectos como salas de aula, espaços administrativos e pedagógicos, bibliotecas, laboratórios, quadras esportivas, áreas de recreação e convivência, parques, instalações sanitárias adequadas, acesso à internet, equipamentos tecnológicos e



Prefeitura Municipal de Salvador do Sul
Secretaria Municipal de Educação
Estado do Rio Grande do Sul

condições de acessibilidade constituem elementos importantes para a garantia de uma oferta educacional de qualidade.

Também devem ser consideradas as condições de transporte e alimentação escolar, especialmente para estudantes que dependem desses serviços para garantir seu acesso e permanência na escola. Da mesma forma, a disponibilidade de recursos pedagógicos e tecnológicos precisa acompanhar as demandas das diferentes etapas da educação básica, contribuindo para ampliar as oportunidades de aprendizagem e reduzir possíveis desigualdades entre os estudantes.

Assim, a realidade educacional demonstra a importância de acompanhar continuamente as condições de oferta das instituições de ensino, identificando diferenças existentes entre escolas e etapas educacionais e promovendo ações que assegurem condições cada vez mais equitativas. A garantia de infraestrutura adequada, recursos suficientes e serviços educacionais de qualidade constitui elemento essencial para que todos os estudantes tenham oportunidades de aprendizagem e desenvolvimento, independentemente da escola ou etapa em que estejam matriculados.

ANÁLISE CAUSAL

A desigualdade nas condições de oferta da educação básica está relacionada a um conjunto de fatores financeiros, administrativos e estruturais que interferem na capacidade dos sistemas de ensino de garantir condições adequadas e equitativas para todas as instituições. Entre esses fatores, destaca-se a disponibilidade limitada de recursos financeiros para manutenção, ampliação e qualificação da infraestrutura escolar, aquisição de equipamentos, materiais pedagógicos e tecnológicos e melhoria dos diferentes serviços que compõem a oferta educacional.

Embora existam mecanismos de financiamento e redistribuição de recursos destinados à educação básica, a capacidade de investimento dos municípios pode



Prefeitura Municipal de Salvador do Sul
Secretaria Municipal de Educação
Estado do Rio Grande do Sul

ser limitada pela disponibilidade orçamentária, pelas características da arrecadação local e pela necessidade de atender simultaneamente a diferentes demandas da administração pública. Dessa forma, os recursos disponíveis precisam ser planejados e direcionados de acordo com as necessidades prioritárias da rede, especialmente aquelas relacionadas à garantia de condições adequadas de funcionamento das escolas.

Outro fator causal está relacionado à capacidade de planejamento, gestão e acompanhamento da aplicação dos recursos educacionais. A ausência de diagnósticos periódicos e de critérios claros de priorização pode dificultar a identificação das necessidades específicas de cada instituição, etapa ou modalidade de ensino, fazendo com que determinados investimentos sejam realizados de forma menos estratégica. A participação e o controle social também são importantes para ampliar a transparência e contribuir para que a aplicação dos recursos esteja alinhada às necessidades da comunidade escolar.

No âmbito municipal, as diferenças existentes entre as instituições podem decorrer ainda das características físicas dos prédios escolares, da necessidade de manutenção ou ampliação dos espaços, da disponibilidade de equipamentos e recursos tecnológicos e das demandas específicas de cada etapa da educação básica. Essas condições exigem acompanhamento permanente e planejamento de investimentos de médio e longo prazo, de modo a evitar que diferenças estruturais entre as escolas se transformem em desigualdades nas oportunidades de aprendizagem.

Assim, a causa do problema não está apenas na quantidade de recursos disponíveis, mas também na capacidade de planejar, distribuir e utilizar esses recursos de maneira eficiente e equitativa. Para Salvador do Sul, o enfrentamento dessa questão requer o fortalecimento do planejamento educacional, a definição de prioridades a partir do diagnóstico da rede, o acompanhamento sistemático das condições de cada instituição e a busca por recursos e parcerias que possibilitem



Prefeitura Municipal de Salvador do Sul

Secretaria Municipal de Educação

Estado do Rio Grande do Sul

qualificar progressivamente a infraestrutura, os equipamentos e os serviços educacionais oferecidos aos estudantes.

CAUSAS CRÍTICAS

- Desigualdade na capacidade de financiamento das redes públicas de educação básica;
- Limitações da capacidade orçamentária municipal para atender simultaneamente às demandas de manutenção, expansão, modernização e qualificação da infraestrutura educacional;
- Demanda de ampliar e qualificar investimentos em infraestrutura, equipamentos, acessibilidade, conectividade e recursos pedagógicos;
- Necessidade de manutenção preventiva e periódica dos prédios e equipamentos escolares;
- Necessidade de assegurar condições adequadas de acessibilidade, segurança, conforto, salubridade e inclusão nos espaços escolares;
- Fatores de ponderação do Fundeb não estão calibrados para atender às necessidades de financiamento em algumas etapas, modalidades, tipos de escola e jornada;
- Baixo investimento em infraestrutura escolar, especialmente em áreas de maior vulnerabilidade socioeconômica;
- Ausência de regulação de padrões mínimos de infraestrutura para o funcionamento adequado das instituições de ensino;
- Dificuldade na contemplação dos projetos federais;
- Corpo técnico qualificado para captação de recursos.